



XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Cuenca (Equador)
14 e 15 de novembro de 2024

Ibero-América:
espaços de oportunidades
para promover o emprego
juvenil, a inclusão laboral e
o desenvolvimento sustentável



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.



www.cepal.org/en/publications



www.cepal.org/apps

XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Cuenca (Equador)
14 e 15 de novembro de 2024

Ibero-América:
espaços de oportunidades
para promover o emprego
juvenil, a inclusão laboral e o
desenvolvimento sustentável



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo

Javier Medina Vásquez
Secretário Executivo Adjunto a. i.

Alberto Arenas de Mesa
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social

Sally Shaw
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

Este documento foi elaborado sob a supervisão de José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com a participação da Divisão de Desenvolvimento Social, da Divisão de Desenvolvimento Econômico e da Divisão de Estatística da CEPAL.

A coordenação ficou a cargo de Alberto Arenas de Mesa, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL, e Andrés Espejo, Diretor de Assuntos Econômicos da mesma Divisão. Os diferentes capítulos foram escritos por Mariana Huepe, Andrés Espejo e Pablo Herrera, da Divisão de Desenvolvimento Social, Ramón Pineda e Tomás Gálvez, da Divisão de Desenvolvimento Econômico, e Xavier Mancero e Álvaro Fuentes, da Divisão de Estatística da CEPAL. Apreciam-se os valiosos comentários de Daniela Huneeus, da Divisão de Desenvolvimento Social, e de Ana Gúezmes, Lucía Scuro e Carmen Álvarez, da Divisão de Assuntos de Género.

A versão portuguesa deste documento foi preparada como cortesia da SEGIB.

Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra “dólares” se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2023/2024) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Publicação das Nações Unidas

LC/TS.2024/108 • Distribuição: L • Copyright © Nações Unidas, 2024 • Todos os direitos reservados
Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.2401014[pt]

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Ibero-América: espaços de oportunidades para promover o emprego juvenil, a inclusão laboral e o desenvolvimento sustentável* (LC/TS.2024/108), Santiago, 2024.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

Índice

Prólogo	5
Introdução	7
I. Contexto macroeconómico para a criação de emprego juvenil	11
A. O crescimento do PIB e do emprego apresenta uma tendência descendente desde a década de 1980, que se acentuou desde 2010	13
B. Dinâmica Setorial do Emprego: Crescimento Sustentado no Setor de Serviços	15
C. Mudanças significativas na estrutura do emprego: construção, comércio e serviços governamentais dobraram entre 1950 e 2021	17
D. A América Latina apresenta altas taxas de emprego informal e a dos jovens é um dos grupos mais afetados	19
E. É provável que a região mantenha uma trajetória de baixo crescimento com baixa capacidade de criação de empregos	21
Bibliografia	22
II. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como marco para a análise da situação e das possibilidades de inclusão laboral dos jovens na Ibero-América	23
A. Pobreza monetária e acesso a serviços básicos em domicílios familiares com jovens	25
B. Educação de qualidade e competências-chave para o emprego juvenil	28
C. Trabalho de cuidado não remunerado e maternidade precoce como fatores que dificultam a inclusão educacional e laboral de mulheres jovens	32
D. Indicadores de proteção social e despesa social nos domicílios familiares com jovens	35
Bibliografia	37
III. Inclusão laboral e emprego dos jovens até 2030	39
A. Os jovens enfrentam obstáculos significativos para entrar no mercado de trabalho	41
B. Barreiras ao acesso a empregos de qualidade	44
C. Perspectivas para a inclusão laboral da população jovem a médio prazo	46
D. Políticas para promover a inclusão laboral das pessoas jovens na América Latina	48
Bibliografia	51
IV. Considerações finais: os desafios do emprego juvenil no caminho para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025	53

Prólogo

Este documento é uma contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o processo preparatório da XXIX Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo, que será realizada nos dias 14 e 15 de novembro de 2024 em Cuenca (Equador).

Segundo a CEPAL, a região enfrenta uma crise de desenvolvimento que se manifesta em três armadilhas: uma de baixa capacidade de crescimento; outra de alta desigualdade, baixa mobilidade e fraca coesão social; e uma terceira de baixa capacidade institucional e governança ineficaz¹. Além disso, o quadro macroeconômico é incerto e, na maioria dos países, é caracterizado por um espaço fiscal limitado. Os mercados de trabalho fracos, associados ao baixo crescimento, são agravados pelo acesso desigual à educação e às oportunidades de formação profissional, limitando o acesso dos jovens a empregos formais e bem remunerados.

Nesse contexto, o objetivo deste documento é fornecer aos responsáveis pela tomada de decisão um quadro analítico robusto e recomendações estratégicas que contribuam para transformar o cenário de emprego e oportunidades da juventude ibero-americana e avançar para um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável.

A análise apresentada neste documento articula-se em torno de vários eixos fundamentais: o contexto econômico e estrutural e as suas implicações para a criação de emprego jovem; os desafios específicos enfrentados pelos jovens na sua transição para o mercado de trabalho e as políticas necessárias para promover a sua inclusão laboral a longo prazo. É dada especial atenção aos setores da economia com maior potencial para gerar emprego juvenil de qualidade, bem como à formação e às estratégias de formação que devem ser implementadas para adaptar as competências dos jovens às exigências do mercado de trabalho atual e futuro.

A CEPAL agradece à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) pela oportunidade de propor diretrizes para que os líderes da região reconheçam e enfrentem com urgência os desafios do emprego juvenil e trabalhem juntos para construir um futuro no qual todos os jovens tenham a oportunidade de alcançar a inclusão laboral e prosperar em direção ao desenvolvimento social inclusivo.

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo
Comissão Econômica para a América Latina
e o Caribe (CEPAL)

Andrés Allamand
Secretário-Geral
Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

¹ J. M. Salazar-Xirinachs, “Repensar, Reimaginar, Transformar: o ‘o quê’ e o ‘como’ para avançar rumo a um modelo de desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável”, *Revista CEPAL*, Nº 141 (LC/PUB.2023/29-P/-*), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2023.

Introdução

Promover o emprego de qualidade dos jovens na Ibero-América é um desafio crucial que exige atenção imediata e estratégias eficazes. Este relatório, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), analisa a situação do emprego juvenil na região, destacando as principais tendências, obstáculos e oportunidades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho, e enfatizando o forte vínculo entre a criação de empregos decentes para a população jovem e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A CEPAL afirma que a região está atolada em três armadilhas de desenvolvimento: incapacidade de crescimento de longo prazo, alta desigualdade e baixa mobilidade social e baixa capacidade institucional e de governança (Salazar-Xirinachs, 2023). A armadilha do baixo crescimento que afeta as economias da região diminuiu a capacidade de gerar empregos, especialmente no setor formal, o que aumentou a situação de vulnerabilidade em questões trabalhistas em que os jovens se encontravam.

Desde a década de 1980, tanto o crescimento do PIB quanto o emprego na Ibero-América mostram uma tendência de queda. Este é um fenômeno que se intensificou nos últimos anos e foi agravado durante a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), quando a criação de empregos na América Latina diminuiu pela primeira vez em sete décadas, desencadeando a maior crise que os mercados de trabalho experimentaram desde 1950 (CEPAL, 2023). Conforme as previsões, a taxa de crescimento do número de pessoas empregadas será consideravelmente menor em comparação com a registrada nas décadas anteriores, refletindo o impacto prolongado desta crise (CEPAL, 2024).

Esta situação representa um desafio particular para os jovens da região. Os jovens geralmente enfrentam barreiras significativas para entrar e permanecer no mercado de trabalho. Em um contexto de empregos formais insuficientes nos países latino-americanos, quando os jovens participam do mercado de trabalho, eles tendem a ter empregos informais, o que mostra uma precariedade que dificulta seu acesso à proteção social. Essa tendência aumentou acentuadamente nos últimos anos, afetando-os desproporcionalmente em comparação com os adultos.

Por outro lado, embora ainda represente uma proporção significativa da população total, a população jovem está em declínio. A duração desse bônus demográfico varia entre os países da América Latina: enquanto a região como um todo acabará com essa oportunidade demográfica até 2027, na América Latina, seis países² já o concluíram em 2022 (CEPAL, 2023). Esse bônus demográfico só se materializará se os jovens receberem educação adequada e tiverem baixas taxas de desemprego (Salazar-Xirinachs, 2016). Assim, é crucial aproveitar ao máximo este período e avançar para a inclusão laboral dos jovens, garantindo não só a inserção laboral, mas também condições dignas do trabalho a que têm acesso.

² Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, Portugal e Uruguai.

Na região, caracterizada por grandes lacunas no mercado de trabalho e altos níveis de informalidade, a recuperação dos indicadores econômicos e trabalhistas será necessária, mas não suficiente. Portanto, devemos passar da inserção laboral para a inclusão laboral, garantindo o acesso a empregos de qualidade, renda do trabalho acima do salário mínimo e proteção social, especialmente para mulheres e jovens (CEPAL, 2023).

Investir na inclusão laboral dos jovens não só contribui para reduzir as desigualdades estruturais de acordo com sexo, território, raça, etnia e deficiência, entre outros fatores, mas também prepara a região para enfrentar os desafios futuros em termos de desenvolvimento social inclusivo e reconhece e potencializa o papel transformador das jovens gerações no desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os jovens são agentes essenciais para a mudança estrutural de que a região precisa.

Para promover a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, é essencial ter em conta as transições diversas e não lineares entre a educação e o trabalho. Essas transições podem incluir períodos simultâneos ou alternados de treinamento e trabalho, e devem levar em consideração as desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho e o contexto familiar (Espejo e outros, 2023). Em particular, dada a atual organização do cuidado, tanto a maternidade na adolescência quanto as uniões precoces e o casamento na adolescência se traduzem em maior tempo gasto em trabalho não remunerado e trabalho de cuidado por mulheres jovens e adolescentes, o que dificulta sua inclusão educacional e laboral (CEPAL, 2022; CEPAL/OIT, 2024).

A XXIX Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo pode ser uma instância fundamental para posicionar os principais desafios da região em termos de emprego juvenil. Este espaço é uma oportunidade para os líderes discutirem e priorizarem políticas focadas na redução do desemprego juvenil, aumentando as oportunidades de emprego, reduzindo o trabalho não remunerado realizado principalmente por mulheres jovens e melhorando a qualidade do emprego para os jovens. Além disso, as discussões permitirão identificar propostas para a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, a ser realizada no Catar em novembro de 2025, e permitirão que os países ibero-americanos influenciem a agenda global para o desenvolvimento social inclusivo com soluções diretas e eficazes para o emprego juvenil.

Este documento está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução. O Capítulo I analisa o contexto macroeconômico para a criação de empregos para jovens e o Capítulo II apresenta uma revisão dos ODS como estrutura para a inclusão laboral dos jovens. O Capítulo III explora as perspectivas de inclusão do trabalho juvenil até 2030 e propõe políticas para sua promoção na Ibero-América. Por fim, o capítulo IV conclui o documento com um resumo das descobertas e algumas reflexões.

Bibliografia

- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2024), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* (LC/PUB.2024/10-P), Santiago.
- _____(2023), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago.
- _____(2022), “Casamentos e uniões infantis precoces e forçadas aprofundam as desigualdades de gênero”, Observatório Latino-Americano e Caribenho de Igualdade de Gênero, 28 de junho [on-line] <https://oig.cepal.org/es/infografias/matrimonios-uniones-infantiles-tempranos-forzados-profundizan-desigualdades-genero>.
- CEPAL/OIT (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização Internacional do Trabalho) (2024), “Desafios e oportunidades para a inclusão laboral dos jovens e a redistribuição do trabalho de cuidado”, *Conjuntura Laboral na América Latina e o Caribe*, Nº 29 (LC/TS.2023/197), Santiago.
- Espejo, A. e outros (2023), “Desafios e recomendações para a inclusão laboral dos jovens na América Latina”, *Desigualdades, inclusão laboral e o futuro do trabalho na América Latina*, Documentos do Projeto (LC/TS.2023/63), M. Huepe (ed.), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Salazar-Xirinachs, J. M. (2023), “Repensar, Reimaginar, Transformar: o ‘o quê’ e o ‘como’ para avançar para um modelo de desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável”, *Revista CEPAL*, Nº 141 (LC/PUB.2023/29-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- _____(2016), “O futuro do trabalho, do emprego e das competências na América Latina e no Caribe”, *Pensamento Iberoamericano*, Nº 2, Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

I. Contexto macroeconómico para a criação de emprego juvenil

Este capítulo analisa o contexto macroeconômico que influencia a criação de emprego juvenil na Ibero-América. Para isso, examina-se as tendências históricas de crescimento econômico e emprego na região, destacam-se as inter-relações entre essas duas variáveis-chave e explora-se a dinâmica setorial

do emprego, a evolução do valor agregado por setor e as transformações estruturais no mercado de trabalho. Além disso, são apresentadas projeções de curto prazo e perspectivas futuras sobre a capacidade das economias da região de gerar empregos, especialmente no contexto de grandes desafios econômicos.

A. O crescimento do PIB e do emprego apresenta uma tendência descendente desde a década de 1980, que se acentuou desde 2010

A América Latina atravessa por um período de baixo crescimento há décadas. Em contraste com as taxas médias de crescimento anual acima de 5% registradas nas décadas de 1950, 1960 e 1970, entre 2014 e 2023, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 0,9%, o que significou uma contração do PIB per capita de 0,5% no mesmo período.

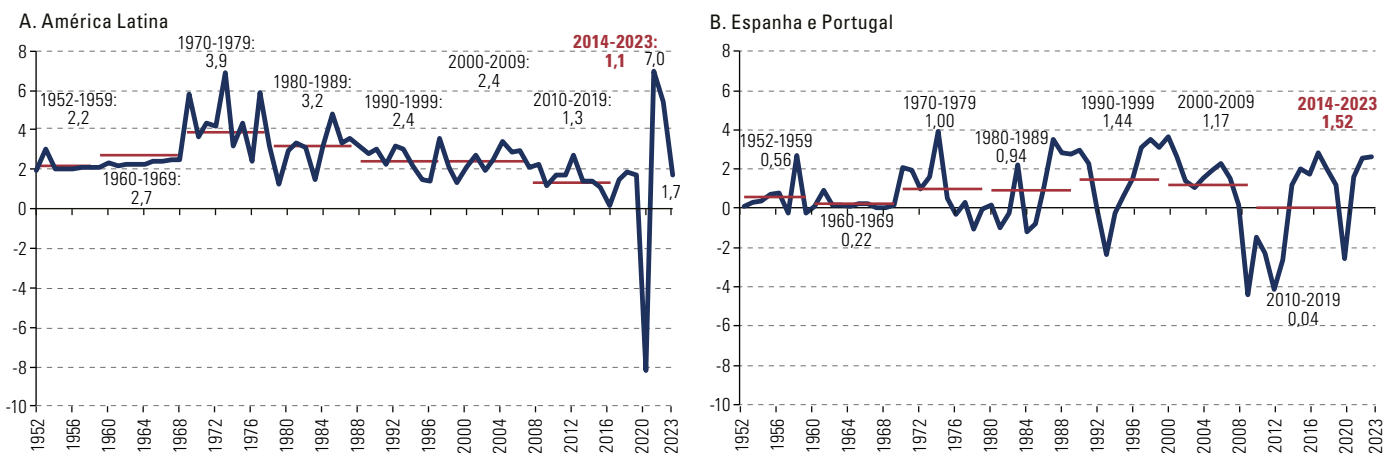
Além dessa armadilha de baixo crescimento, a região também enfrenta problemas na geração de empregos. A taxa de

crescimento do número de pessoas ocupadas na América Latina desacelerou significativamente nas últimas décadas, de uma média de 3,9% na década de 1970 para 1,1% entre 2014 e 2023 (ver gráfico I.1A). Em Espanha e Portugal, entretanto, o crescimento anual do número de pessoas empregadas não ultrapassou 1,5%, em média, nas últimas sete décadas, e este valor acentuou-se devido a várias crises, incluindo a pandemia de COVID-19 (ver gráfico I.1B).

Gráfico I.1

América Latina (17 países)^a, Espanha e Portugal: taxa de crescimento do número de pessoas empregadas, média anual e por década, 1952-2023

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais e R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>.

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

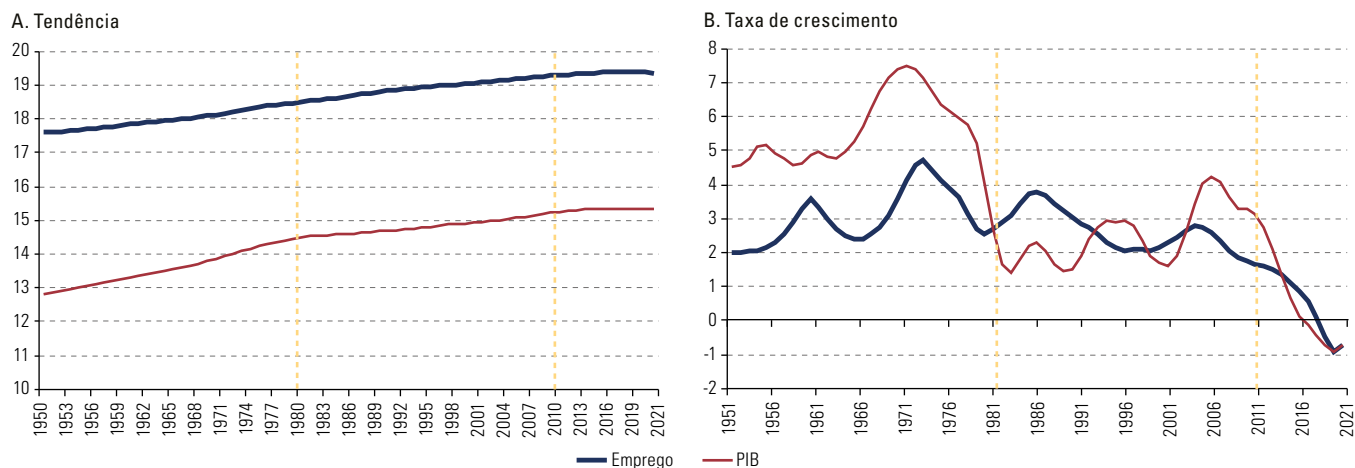
A correlação entre emprego e PIB é claramente vista no gráfico I.2A, que mostra a trajetória do PIB e do emprego agregado para 17 economias da América Latina³. O gráfico I.2B

mostra a sincronia entre as duas variáveis: tanto a tendência do PIB como a evolução do emprego reduziram a sua taxa de crescimento desde 1980 e esta redução acentua-se após 2010⁴.

Gráfico I.2

América Latina (17 países)^a: evolução do PIB e do emprego, 1950-2021

(Em logaritmos do número de pessoas empregadas e milhões de dólares em 2018)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, “A próxima geração da Penn World Table”, *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).
^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru República Dominicana e Uruguai.

O quadro I.1 mostra novamente essa correlação, mostrando que a fase de aceleração da taxa de crescimento do número de pessoas ocupadas entre as décadas de 1950 e 1970 coincide com um período de aceleração do crescimento do PIB.

Nesse período, a taxa média de crescimento do número de pessoas ocupadas aumentou de 2,2% para 3,5%. À medida que o crescimento do PIB desacelerou na década de 1980, o mesmo aconteceu com o crescimento do número de pessoas empregadas e, embora o PIB tenha crescido 2,3% em média durante esse período, o emprego aumentou 2,9%, 0,6 pontos percentuais a menos do que na década anterior. A tendência

de desaceleração do crescimento em ambas as variáveis continuou nas décadas de 1990 e 2000, mas, como pode ser visto no gráfico I.2 e na quadro I.1, tornou-se mais aguda a partir de 2010.

Em média, entre 2010 e 2019, o emprego cresceu 1,3%, 0,9 pontos percentuais a menos do que na década anterior e 2,2 pontos percentuais a menos do que na década de 1970. No mesmo período, o PIB cresceu a uma média de 1,9%, uma queda de 1,1 pontos percentuais em relação aos anos 2000 e 4,2 pontos percentuais em relação aos anos 1970. Isso explica uma correlação importante entre as duas variáveis.

³ Para estimar a tendência dessas variáveis, o filtro de Hodrick e Prescott foi aplicado para isolar os componentes cíclico e sazonal em cada uma das variáveis analisadas.

⁴ A correlação entre emprego e PIB foi estimada usando o método dos mínimos quadrados. O R-quadrado da equação a partir da qual essa correlação foi superior a 97% e o erro quadrático médio foi de 0,091. Além disso, foram realizados testes de cointegração entre essas variáveis (Johansen, 1988), e foram encontradas evidências da existência de pelo menos um vetor de cointegração entre o PIB e o emprego total na economia.

Quadro I.1**América Latina (17 países)^a: taxa de crescimento do emprego e do PIB, média anual por década, 1951-2023***(Em percentagens)*

	PIB	Emprego
1951-1959	4,9	2,2
1960-1969	5,7	2,4
1970-1979	6,1	3,5
1980-1989	2,3	2,9
1990-1999	2,9	2,1
2000-2009	3,0	2,2
2010-2019	1,9	1,3
2014-2023	0,9	1,1
1951-2023	3,7	2,6

Fonte: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next Generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

B. Dinâmica setorial do emprego: crescimento sustentado no setor de serviços

O primeiro elemento a destacar ao estudar a dinâmica setorial do emprego na região é que, embora o emprego tenha crescido em todos os setores produtivos entre 1950 e 2021, o maior crescimento foi registrado no setor de serviços, com uma taxa média de 3,7% ao ano, em comparação com 0,7% no setor agrícola e 2,6% no setor industrial (ver quadro I.2)⁵.

Um segundo elemento é que, embora o menor crescimento do emprego total a partir da década de 1980 tenha sido reflexo do fim do período de aceleração do emprego em todos os setores produtivos, a mudança mais acentuada foi observada no setor industrial. Durante a fase expansionista do emprego (décadas de 1950 e 1970), a taxa média de crescimento anual do setor industrial aumentou de 2,4% no período 1950 - 1959 para 4% no período 1970 - 1979. De 1980 em diante, a taxa média de crescimento anual desacelerou de 2,9% na década de 1980 para 0,7% na década de 2010. Em outras palavras, a taxa de crescimento do emprego no setor industrial entre 2010 e 2019 equivale a 17% da registrada na década de 1970.

Quadro I.2**América Latina (17 países)^a: taxa de crescimento do número de pessoas empregadas, média anual por década e setor produtivo, 1950-2021***(Em percentagens)*

	Agricultura	Indústria	Serviços
1950-1959	1,0	2,4	3,1
1960-1969	0,5	3,6	3,6
1970-1979	1,0	4,0	5,9
1980-1989	0,6	2,9	4,8
1990-1999	0,9	1,2	2,9
2000-2009	0,3	2,1	2,8
2010-2019	-0,1	0,7	1,7
2010-2021	-0,2	0,4	1,2
1950-2021	0,7	2,6	3,7

Fonte: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next Generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

No caso do sector dos serviços, a taxa média de crescimento anual do número de pessoas empregadas aumentou de 3,1% no período 1950 - 1959 para 5,9% no período 1970 - 1979. Por outro

⁵ Devido à falta de informação atualizada, o que dificulta a análise setorial do emprego e da atividade económica, o último ano da amostra para a análise por setor produtivo e ramo de atividade económica é 2021.

lado, uma vez que a desaceleração começou, a taxa média de crescimento anual desacelerou para 4,8% na década de 1980, 2,9% na década de 1990 e 1,7% na década de 2010. Isso significa que a taxa de crescimento do emprego nesse setor entre 2010 e 2019 representa 29% da registrada na década de 1970.

O setor agrícola apresenta uma dinâmica ligeiramente diferente. Em primeiro lugar, o crescimento da agricultura sempre foi menor do que o dos outros setores, não excedendo a taxa média 1% ao ano e variando entre 0,5 e 1% entre as décadas de 1950 e 1990. Em segundo lugar, a mudança na dinâmica do crescimento do emprego no setor agrícola ocorreu a partir dos anos 2000, quando cresceu anualmente, em média, 0,3%, mas —como nos outros setores— tornou-se mais aguda na década de 2010, quando contraiu 0,1% ao ano. Se o último subperíodo for alargado para 2021, as taxas de crescimento ainda são inferiores, devido aos efeitos da diminuição do emprego durante a pandemia de COVID-19 e à recuperação incompleta do emprego observada até 2021.

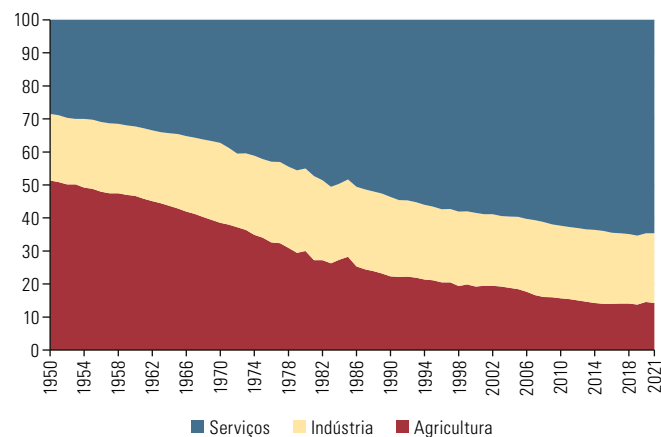
Em resultado da dinâmica acima referida, e como se pode constatar no gráfico I.3, verifica-se uma tendência a um declínio do emprego agrícola em relação ao emprego total, ao mesmo tempo que se constata um aumento sustentado do emprego no setor dos serviços. Na literatura, esse processo é chamado de “mudança estrutural” (Kuznets, 1956; Baumol, 1967) e considerado como o passo natural no processo de desenvolvimento e urbanização dos países. Embora tenha sido um processo contínuo, observa-se que entre as décadas de 1970 e 1990 foi quando se experimentou a mudança mais drástica na estrutura do emprego nas economias da América Latina. Durante esse período, a taxa de participação do setor agrícola caiu 8 pontos percentuais por década e, em meados da década de 1970, o setor de serviços já era o principal setor em termos de concentração de pessoas empregadas na região. A concentração do emprego no setor de serviços em 2021 (64,6%) é 13,2 pontos percentuais superiores à taxa de participação no emprego agrícola em 1950.

Em contrapartida, a participação do setor industrial não variou significativamente durante o processo de mudança estrutural do emprego na região (ver gráfico I.3). A análise por década mostra que a participação do setor industrial no emprego só aumentou significativamente na década de 1970, quando aumentou 3,2 pontos percentuais, de 21% do emprego total em 1960 para 24,2% em 1970. A participação máxima da

indústria foi registrada em 1980, com 24,9% do emprego total. Desde então, o setor industrial também baixou sua participação no emprego total e, entre 1980 e 2020, a perda acumulada foi de 4,1 pontos percentuais. Assim, desde 1980, a parte do setor dos serviços no emprego aumentou em detrimento da do setor agrícola e do setor industrial. Em 2021, o setor industrial representou 20,8% do emprego total, mais 0,7 pontos percentuais do que em 1950.

Gráfico I.3
América Latina (17 países)^a: participação da agricultura, indústria e serviços no emprego total, 1950-2021

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, “The next generation of the Penn World Table”, *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Por outro lado, ao analisar a dinâmica setorial do valor adicionado na região, observa-se que o setor com menor crescimento em valor acrescentado, o setor agropecuário, é também o que apresenta o menor crescimento do emprego; enquanto o oposto ocorre com o setor com maior crescimento em valor adicionado, o setor de serviços.

Diferenças na taxa de crescimento do valor adicionado no nível setorial causam diferenças na dinâmica da participação de cada um dos setores na geração do valor adicionado da

produção. Em 1950, a contribuição do setor agrícola para o PIB regional era de 10,4%, enquanto a do setor industrial era de 34,1% e a do setor de serviços era de 55,5%. Em 2020, estes contributos para o valor acrescentado foram de 5,8%, 26,8% e 67,3%, respetivamente. Em outras palavras, enquanto a

contribuição do âmbito agrícola para o PIB diminuiu 4,6 pontos percentuais e a do domínio industrial diminuiu 7,3 pontos percentuais, a do setor dos serviços aumentou 11,8 pontos percentuais (ver quadro I.3).

Quadro I.3

América Latina (17 países)^a: participação da agricultura, indústria e serviços no valor adicionado, por década, 1950-2020

(Em percentagens)

	Agricultura	Indústria	Serviços
1950	10,4	34,1	55,5
1960	8,9	34,5	56,5
1970	6,8	36,4	56,8
1980	4,7	37,1	58,2
1990	5,1	34,5	60,4
2000	5,0	34,0	61,0
2010	5,1	31,6	63,3
2020	5,8	26,8	67,3

Fonte: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next Generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

C. Mudanças significativas na estrutura do emprego: construção, comércio e serviços governamentais dobraram entre 1950 e 2021

Assim como nos setores produtivos, o emprego cresceu em todos os ramos da atividade econômica nos 70 anos analisados. No setor industrial, o emprego aumentou 2,2% na mineração e manufatura, 2,3% na eletricidade, gás e água e 3,7% na construção. No mesmo período, o emprego no setor de serviços cresceu em taxas de 3,9% no comércio atacadista e varejista, restaurantes e hotéis (comércio), 3,1% em transporte, armazenamento e comunicações, 4,9% em serviços financeiros, de seguros e imobiliários e 3,5% em outros serviços (governo, comunal e pessoal) (ver quadro I.4).

Um elemento destacado no quadro I.4 é que, conforme observado no nível setorial e no PIB agregado, o menor crescimento do emprego em todas as atividades corresponde à década de 2010. Registraram-se reduções de 0,1% e 0,4% na agricultura e na mineração, respectivamente. O crescimento do emprego foi de 0,4% na indústria de manufatura, 1,2% na construção, 1,5% nos outros serviços, 1,6% no comércio, 1,7% nas atividades de transporte, armazenamento e comunicações, bem como na eletricidade, gás e água, e 2,7% nos serviços financeiros, de seguros e imobiliários.

Quadro I.4**América Latina (17 países)^a: crescimento do número de pessoas ocupadas, média anual por década e setor produtivo, 1950-2021***(Em porcentagens)*

	Agricultura	Mineração	Manufatura	Eletricidade, gás e água	Construção
1950-1959	1,0	0,4	2,3	2,9	3,1
1960-1969	0,5	1,0	3,0	4,9	5,5
1970-1979	1,0	1,8	3,6	5,0	5,3
1980-1989	0,6	2,4	3,7	2,0	1,2
1990-1999	0,9	0,3	1,0	-0,8	2,1
2000-2009	0,3	5,6	1,2	3,3	3,5
2010-2019	-0,1	-0,4	0,4	1,7	1,2
2010-2021	-0,2	-1,1	0,0	2,1	1,2
1950-2021	0,7	2,2	2,2	2,3	3,7

	Comércio	Transporte, armazenamento e comunicações	Serviços financeiros, seguros e imobiliário	Outros serviços
1950-1959	2,6	3,3	3,9	3,3
1960-1969	4,3	1,9	5,4	3,2
1970-1979	5,5	3,2	7,7	6,5
1980-1989	5,8	2,9	4,1	4,5
1990-1999	3,0	2,9	3,9	2,5
2000-2009	2,6	3,2	5,1	2,3
2010-2019	1,6	1,7	2,7	1,5
2010-2021	1,0	1,4	2,7	0,9
1950-2021	3,9	3,1	4,9	3,5

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, “The next generation of the Penn World Table”, *American Economic Review*, vol. 105, N° 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

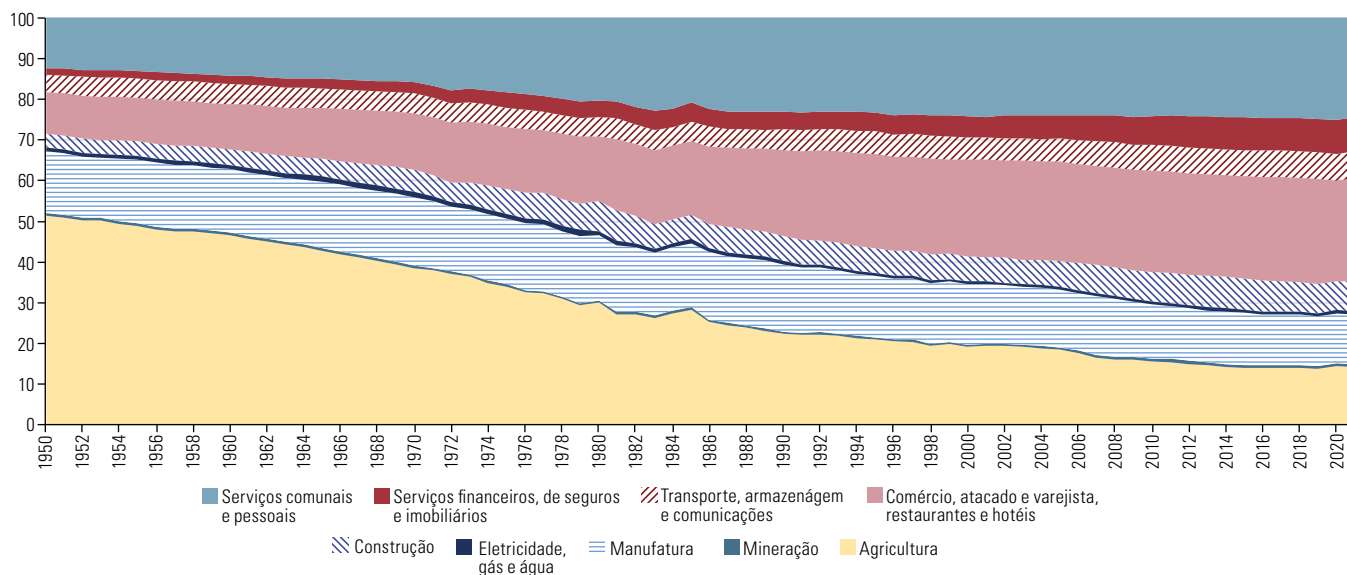
Como reflexo da dinâmica variada no crescimento do número de pessoas empregadas em cada ramo de atividade durante o período analisado, a estrutura do emprego mudou drasticamente na região. Enquanto a quota de emprego em atividades como transportes, armazenagem e comunicações, construção, serviços financeiros, de seguros e imobiliários, serviços governamentais, municipais e pessoais (outros serviços), comércio atacadista e varejista, restauração e hotelaria (comércio) aumentou (destacando-se os aumentos registados no comércio e outros serviços), no mesmo período, a participação do emprego total em atividades como mineração, manufatura e eletricidade, gás e água diminuiu⁶.

Essa mudança na estrutura do emprego significou que, enquanto a participação do emprego total em atividades como comércio e outros serviços aumentou de cerca de 20%

em 1950 para 50% em 2020, a participação da manufatura caiu 2,1 pontos percentuais. Cabe mencionar que a quota combinada das atividades de transportes, armazenagem e comunicações e dos serviços financeiros, seguros e imobiliários também aumentou, passando de 5,8% do emprego em 1950 para 14,9% em 2020 (ver gráfico I.4).

Entre as variações observadas ao nível dos ramos de atividade, nota-se que, embora a quota da indústria no emprego não tenha sofrido grandes alterações, verificaram-se variações no interior do setor, visto que a quota da construção aumentou enquanto a da indústria transformadora diminuiu. Enquanto a participação do emprego aumentou em todas as atividades do setor de serviços, as maiores variações em termos absolutos foram registradas no comércio e outros serviços, atividades nas quais cerca de 50% do emprego na região se concentrou em 2020.

⁶ Para mais informações, consulte a CEPAL (2024).

Gráfico I.4**América Latina (17 países)^a: participação das indústrias no emprego total, 1950-2021***(Em porcentagens)*

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados oficiais, R. C. Feenstra, R. Inklaar e M. P. Timmer, "The next generation of the Penn World Table", *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10, 2015 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/> e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

D. A América Latina apresenta altas taxas de emprego informal e a dos jovens é um dos grupos mais afetados

O *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* (CEPAL, 2024) aborda em profundidade a questão da informalidade do trabalho⁷. Esta publicação analisa os principais determinantes do emprego informal na América Latina e entre seus resultados encontra: i) que a educação afeta significativamente a probabilidade de estar em um emprego informal, ou seja, que quanto maior o nível de escolaridade,

menor a probabilidade de que a pessoa empregada esteja em situação informal⁸; ii) que a probabilidade de estar em um emprego informal aumenta se a pessoa for mulher, e aumenta ainda mais se houver dependentes no domicílio⁹; iii) que a urbanização dos territórios da região também afeta a probabilidade de emprego informal¹⁰, o que se reflete na falta

⁷ Com base na nova definição de ocupação informal proposta na 21ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, um empregado assalariado ou aprendiz é definido como estando em condições de emprego informal se não tiver um contrato, e que um empregador ou trabalhador autônomo é informal se o estabelecimento em que trabalha não estiver registrado na autoridade fiscal.

⁸ De fato, segundo estimativas, se um empregado tem ensino médio, a probabilidade de ser informal é reduzida em 13%, se tiver diploma técnico diminui 27% e se tiver estudos universitários cai 34%.

⁹ No caso de ser mulher, a probabilidade de ser informal aumenta 2,6%, e se for mulher com dependentes aumenta 3,4%, no que diz respeito à probabilidade de ser trabalhador informal no caso de um homem.

¹⁰ Morar em uma área urbana reduz a probabilidade de ser um trabalhador informal em 15%, em comparação com pessoas que vivem em áreas rurais.

de oportunidades de obtenção de emprego formal no meio rural e no fato de as atividades agrícolas geralmente oferecerem empregos temporários com baixos níveis de formalização, e iv) que a situação migratória também aumenta significativamente a probabilidade de ser empregado informalmente¹¹.

Com relação à probabilidade de informalidade nas diferentes faixas etárias, verifica-se que as pessoas empregadas entre o grupo etário com menos de 60 anos, sendo que o grupo mais

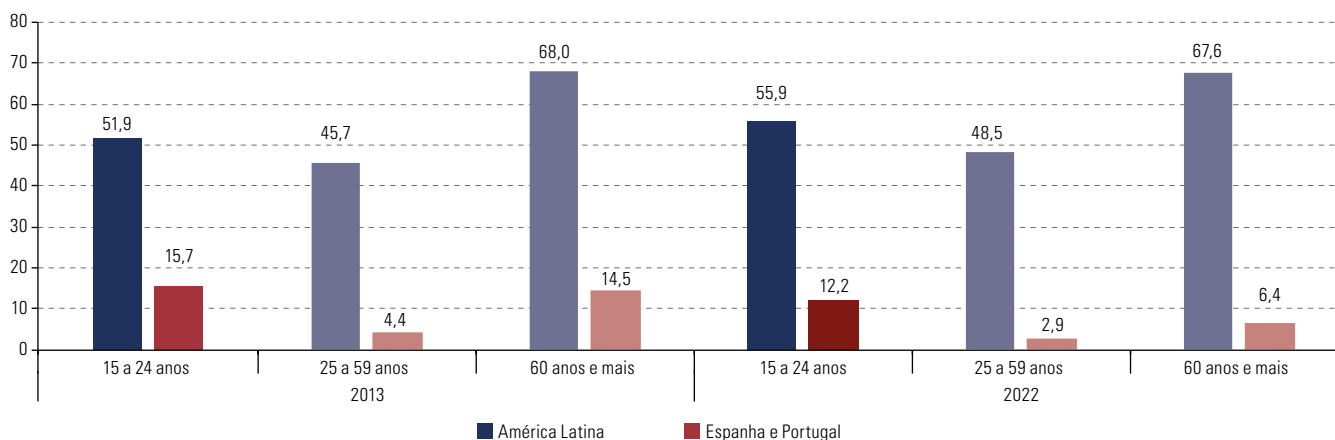
jovem apresentou o maior crescimento (4 pontos percentuais) (ver gráfico I.5).

Os valores indicados refletem a particular vulnerabilidade laboral destes grupos demográficos e sublinham a importância da implementação de políticas específicas destinadas a melhorar as condições de trabalho, especialmente entre os jovens e os trabalhadores mais velhos.

Gráfico I.5

América Latina (14 países)^a, Espanha e Portugal: taxa de emprego informal, por faixa etária, 2013 e 2022

(Em porcentagens)



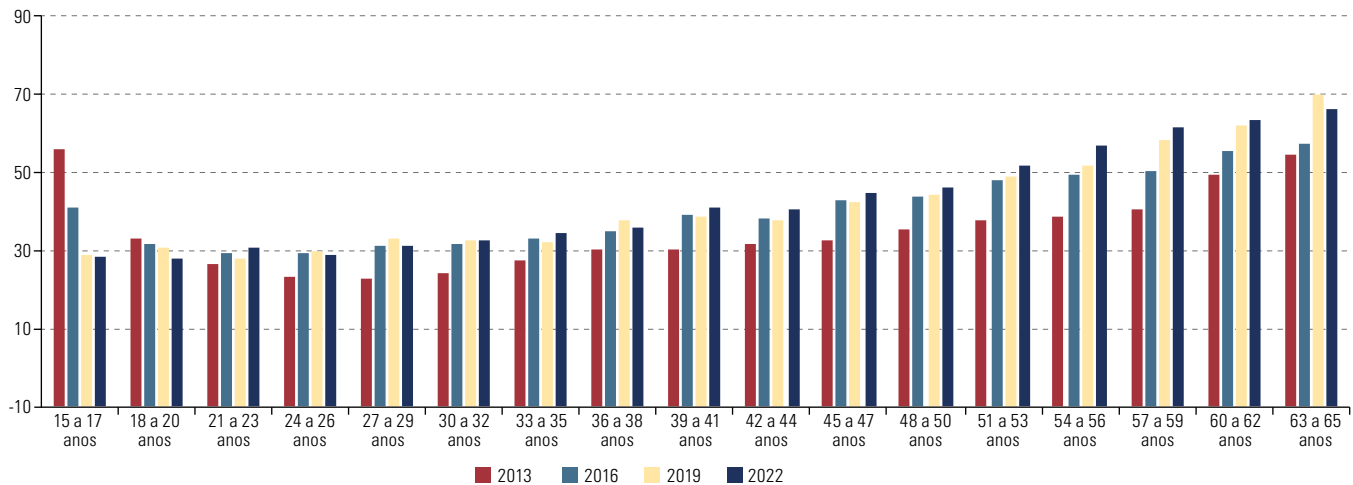
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* (LC/PUB.2024/10-P), Santiago, 2024, e cálculos próprios com base em números oficiais e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILOSTAT [base de dados on-line] <https://ilostat.ilo.org/es/>.
^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Embora ter mais experiência reduza a probabilidade de ser informal em determinadas faixas etárias, com o passar do tempo, esse efeito é diluído, ou seja, ao longo do ciclo de vida, a taxa de informalidade é em forma de U. O gráfico I.6 apresenta a evolução da taxa de emprego informal para diferentes coortes etárias em 2013, 2016, 2019 e 2022, o que fornece uma perspectiva temporal das mudanças na informalidade do trabalho ao longo do ciclo de vida. Pode-se observar que, para a coorte que tinha entre 15 e 17 anos em 2013, a informalidade diminuiu de forma constante no período analisado, à medida que esse grupo acumulou capital humano, experiência e educação. A taxa

de informalidade para esse grupo passou de 65% em 2013 para 37,9% em 2022 (quando tinham entre 24 e 27 anos). Essa situação se repete para a faixa etária de 18 a 20 anos, mas a relação parece mudar para as coortes mais velhas em 2013. Para esses grupos, as taxas de informalidade tendem a aumentar ao longo do tempo. Nas coortes que tinham entre 51 e 53 anos em 2013, por exemplo, a passagem do tempo só aumenta a taxa de informalidade, e de taxas de informalidade próximas a 50% em 2013 passam para mais de 60% em 2022¹².

¹² Maloney (2003) aponta que o processo de acumulação de capital, tanto físico quanto humano, permite que as pessoas, à medida que envelhecem, se tornem mais propensas a desenvolver iniciativas que permitam sua independência, de modo que assumam tarefas empreendedoras que na região geralmente são informais.

¹¹ No caso dos migrantes, a probabilidade de informalidade aumenta 6,8% em comparação com os nacionais.

Gráfico I.6**América Latina (14 países)^a: taxa de emprego informal, por faixa etária, 2013, 2016, 2019 e 2022***(Em porcentagens)*

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* (LC/PUB.2024/10-P), Santiago, 2024, e cálculos próprios com base em dados oficiais.

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

E. É provável que a região mantenha uma trajetória de baixo crescimento com baixa capacidade de criação de empregos

A partir dos resultados apresentados nesta primeira seção, pode-se deduzir que o baixo crescimento que a região vem apresentando desde a década de 1980, e que se agravou nos últimos dez anos, levou a uma redução na capacidade de criação de empregos, principalmente formais.

Também é preocupante que a maior criação de emprego tenha ocorrido nas atividades que apresentam o menor crescimento da produtividade, onde se destacam algumas relacionadas com o setor dos serviços (comércio grossista e retalhista, restauração e hotelaria, serviços governamentais e comunitários) e da construção.

Da mesma forma, nesta seção, destacou-se que grupos como jovens, mulheres, idosos, pessoas com baixo nível de escolaridade, migrantes e pessoas que vivem em áreas rurais têm maior probabilidade de serem trabalhadores informais.

As projeções feitas pelo *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2024* (CEPAL, 2024) mostram que a capacidade das economias latino-americanas de criar empregos permaneceria baixa em brevidade. De fato, estima-se que até o final de 2024 o número de pessoas empregadas cresceria 1,7%, o que representaria uma redução de 0,2 pontos percentuais em relação ao registrado em 2023 (1,9%). Essa menor criação de empregos se estenderia até 2025, ano em que o número de pessoas ocupadas também deve crescer 1,7%. Um elemento que importa destacar é que, durante o ano de 2023, a baixa taxa de criação de emprego foi acompanhada por um aumento do número de inativos (1,8%) face aos níveis observados em 2022, o que contrasta com a redução que esta variável registou em 2021 e 2022, com quebras homólogas de 5,9% e 1,5%, respectivamente. Esse comportamento no número de

pessoas que não estão trabalhando ativamente ou procurando trabalho expressou-se na queda da taxa de participação regional que, apesar da recuperação observada recentemente, permanece abaixo dos níveis registrados antes da crise. Nos próximos anos, estima-se que passe de 62,5% em 2023 para 62,6% em 2024 e 62,8% em 2025. A dinâmica do emprego e da inatividade laboral acima mencionada contribuiu para a tendência de queda apresentada pela taxa de desemprego regional, que, de atingir 6,4% em 2023, estima-se que atinja 6,1% em 2024 e 6% em 2025.

A dinâmica mostrada pelos mercados de trabalho no primeiro semestre de 2024, bem como as estimativas para o restante de 2024 e 2025, antecipam que persistiriam grandes

disparidades de gênero em indicadores como a taxa de desemprego e a participação, embora estes tenham diminuído. Assim, enquanto a taxa de desemprego dos homens é estimada em 5,1% para 2024, a das mulheres é estimada em 7,3%, o que mostra uma diferença de 2,2 pontos percentuais. No que diz respeito à participação laboral, estima-se que até 2024 a dos homens seria de 74,2%, enquanto a das mulheres seria de 51,9%, uma diferença de 22,3 pontos percentuais. Por sua vez, em 2024 os níveis de emprego informal na região permaneceram próximos de 50% e não são esperadas mudanças significativas nessa variável em 2025, especialmente se o aumento da inatividade laboral continuar.

Bibliografia

- Baumol, W. J. (1967), “Macroeconomia do crescimento desequilibrado: a anatomia da crise urbana”, *The American Economic Review*, vol. 57, Nº 3, junho.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2024), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2024* (LC/PUB.2024/10-P), Santiago.
- Feenstra, R. C., R. Inklaar y M. P. Timmer (2015), “The next generation of the Penn World Table”, *American Economic Review*, vol. 105, Nº 10 [on-line] <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt/>.
- Johansen, S. (1988), “Análise estatística de vetores de co-integração”, *Journal of Economic Dynamics and Control*, vol. 12, Nº 2-3, junho-setembro.
- Kuznets, S. (1956), “Aspectos quantitativos do crescimento econômico das nações: I. Níveis e variabilidade das taxas de crescimento”, *Desenvolvimento Econômico e Mudança Cultural*, vol. 5, Nº 1, outubro.
- Maloney, W. F. (2003), “Informalidade revisada”, *Série de Documentos de Trabalho de Pesquisa de Políticas*, Nº WPS 2965, Washington, D.C., Banco Mundial.

II. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como marco para a análise da situação e das possibilidades de inclusão laboral dos jovens na Ibero-América

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar a situação dos indicadores definidos no âmbito dos ODS que afetam a inclusão laboral dos jovens na Ibero-América. Do ponto de vista conceitual, a inserção laboral dos jovens depende tanto de fatores individuais e familiares, quanto de fatores externos relacionados à estrutura de oportunidades oferecidas pela sociedade. Por exemplo, um maior progresso no sistema educacional será um fator-chave para promover a inclusão laboral, enquanto a necessidade de assumir o trabalho de cuidado em idade precoce pode levar à incorporação precária ao mundo do trabalho.

Os ODS são uma iniciativa global adotada pelos Estados-Membros das Nações Unidas em 2015 como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. É um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030.

Neste âmbito, foi adotada uma estrutura constituída por objetivos, metas e indicadores. Existem 17 Objetivos interligados que abrangem uma ampla gama de questões sociais, econômicas e ambientais. As 169 metas são específicas e quantificadas, e foram projetadas para serem medidas por indicadores. Os 231 indicadores dos ODS são ferramentas vitais para monitorar o progresso e avaliar a eficácia das políticas implementadas para alcançar os Objetivos.

Os indicadores dos ODS não medem apenas os resultados da ação através das políticas públicas, mas também os processos que contribuem para esses resultados. Vários dos fatores relacionados ao emprego juvenil fazem parte dos ODS, portanto, a análise de seu estado atual nos países da região

permitirá caracterizar a situação atual do emprego juvenil, bem como antecipar sua evolução a curto e médio prazo. Por exemplo, o ODS 4 busca garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, é fundamental para preparar os jovens para ter as habilidades e conhecimentos necessários para o mercado de trabalho. Melhorar a qualidade da educação não apenas aumenta as oportunidades de emprego, mas também pode aumentar a probabilidade de acesso a empregos com salários mais altos e salários mais altos.

A interconexão dos ODS é um aspecto fundamental para entender como as melhorias em uma área podem ter efeitos positivos em outras. Por exemplo, o progresso no ODS 3, que busca garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas em todas as idades, tem um impacto significativo na capacidade dos jovens de participar plenamente da educação e do emprego. Da mesma forma, o ODS 5, sobre igualdade de gênero, está intimamente relacionado à inclusão laboral. A eliminação da discriminação de gênero, a promoção da igualdade de oportunidades e a reorganização social do atendimento permitem que mais mulheres jovens tenham acesso à educação e empregos de qualidade, o que reduz a lacuna de gênero no mercado de trabalho.

Os indicadores para a Ibero-América apresentados nesta seção correspondem tanto ao marco global dos ODS quanto aos indicadores complementares estabelecidos para a América Latina. As informações são complementadas por outros indicadores disponíveis no banco de dados CEPALSTAT ou obtidos a partir do processamento do Banco de Dados de Inquéritos Domiciliares (BADEHOG).

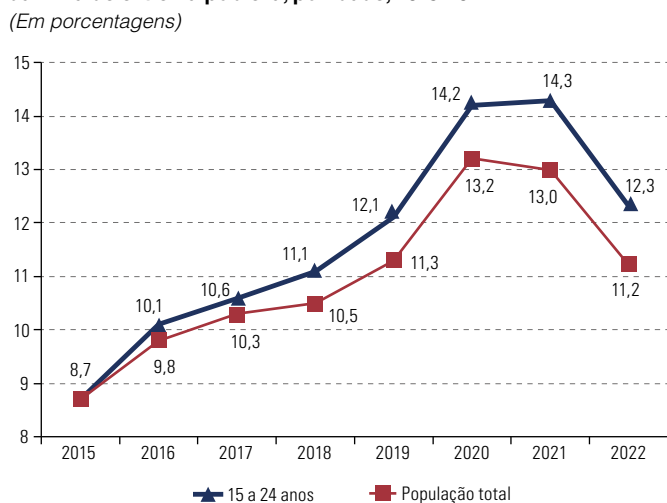
A. Pobreza monetária e acesso a serviços básicos em domicílios familiares com jovens

A pobreza é um fenômeno profundamente enraizado nos países latino-americanos. Embora a tendência nos últimos anos —interrompida pela pandemia de COVID-19— tenha sido de queda, a população de crianças, adolescentes e jovens é a mais afetada por esse fenômeno na grande maioria dos países. Nesse contexto de declínio generalizado, a diminuição da pobreza tem sido menor entre os grupos mais jovens da população, de modo que a diferença em relação ao restante dos grupos etários aumentou.

Por outro lado, a pobreza está frequentemente associada à possibilidade de acesso a serviços públicos essenciais para o desenvolvimento e cuidados de saúde, como água potável, eletricidade ou tecnologias de informação e comunicação (TICs), entre outros. Cada um desses aspectos responde a metas específicas dos ODS, como o ODS 1, que visa acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares; ODS 3, ligado à saúde, que visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, ou ODS 6 e ODS 7, que visam o acesso a serviços básicos de qualidade para atingir essas metas.

Na América Latina, a pobreza extrema aumentou desde 2015 (8,7%), atingiu um nível máximo nos anos de pandemia (13,2% em 2020) e registrou uma ligeira queda em 2022 (11,2%). Para o grupo de jovens de 15 a 24 anos, a tendência foi semelhante. No entanto, apesar de partir do mesmo patamar da população total em 2015 (8,7%), a extrema pobreza entre os jovens atingiu 14,2% em 2020 e 12,3% em 2022, até 1,3 ponto percentual acima da registrada pela população total. A distância máxima entre os dois registros foi encontrada em tempos de pandemia¹³ (ver gráfico II.1).

Gráfico II.1
América Latina (18 países)^a: população que vive abaixo da linha de extrema pobreza, por idade, 2015-2022
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).

^a Média ponderada dos seguintes países: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

No que concerne à Espanha, 37,1% dos jovens entre 13 e 17 anos estavam em risco de pobreza ou exclusão social em 2023, medido

¹³ A meta 1.1 é seguida no quadro global através da evolução do indicador 1.3.1 “Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza internacional, desagregada por sexo, idade, situação profissional e localização geográfica (urbana ou rural)”. Como não há informações desagregadas por idade, utiliza-se a informação do indicador 1.1.1 prevista no quadro regional complementar, com base na medição da pobreza monetária extrema em nível regional, realizada pela CEPAL.

a partir de dados coletados na Pesquisa de Condições de Vida. Embora esse indicador não seja comparável ao indicador de pobreza da América Latina, a situação dos jovens é semelhante em termos da porcentagem da população total que está em risco de pobreza ou exclusão social (Plataforma de Infância, 2024).

A disponibilidade de serviços básicos em agregados familiares com jovens é essencial para garantir o seu bem-estar material e proporcionar as condições mínimas necessárias para os cuidados de saúde e o aproveitamento das oportunidades educativas e de emprego. A eletricidade é essencial para o trabalho escolar e o acesso a informações e recursos educacionais on-line, bem como para a segurança do ambiente doméstico. O acesso à água potável e serviços de saneamento adequados é crucial para prevenir doenças, manter a higiene pessoal adequada e garantir um ambiente saudável. A prestação destes serviços cria um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal e profissional, facilitando a participação efetiva na vida escolar e profissional, e contribuindo para o desenvolvimento holístico dos jovens e para a sua capacidade de aproveitar as oportunidades que surgem.

No entanto, quando o acesso a cada um desses serviços é analisado em domicílios com jovens de 15 a 25 anos em países da América Latina, observam-se desigualdades, que em vários casos são muito significativas, especialmente quando se compara a situação nos quintis extremos da distribuição de renda. Em 3 países (Honduras, Panamá e El Salvador), a disponibilidade de eletricidade está abaixo de 90% em residências com jovens de 15 a 25 anos no primeiro quintil, em comparação com 100% de disponibilidade em residências com jovens no quinto quintil em 13 dos 14 países. Por outro lado, a disponibilidade de água potável nesses domicílios no primeiro quintil cai abaixo de 90% em 9 dos 14 países com dados disponíveis, enquanto a disponibilidade de saneamento se estende a 11 dos 14 países. Somente nos países com maior grau de desenvolvimento (Costa Rica, Chile e Uruguai) a prestação desses serviços é quase universal e as diferenças entre os quintis são reduzidas a níveis mínimos¹⁴ (ver gráfico II.2).

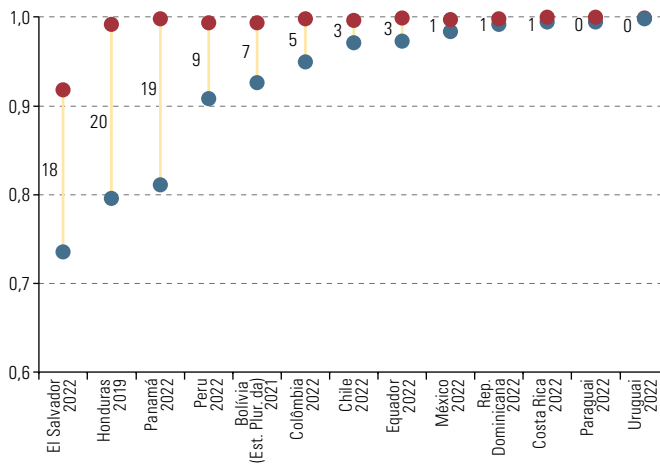
¹⁴ O monitoramento das metas dos ODS 6 e ODS 7 é realizado através de múltiplos indicadores, como o indicador 6.1.1 “Proporção da população que utiliza serviços de abastecimento de água potável gerenciados com segurança” e outros de natureza semelhante relacionados ao serviço de saneamento e eletricidade. Devido ao fato de não haver dados suficientes para que esses indicadores analisem a situação dos domicílios com jovens, os indicadores indiretos (*procuração*) calculado a partir do BADEHOG.

Gráfico II.2

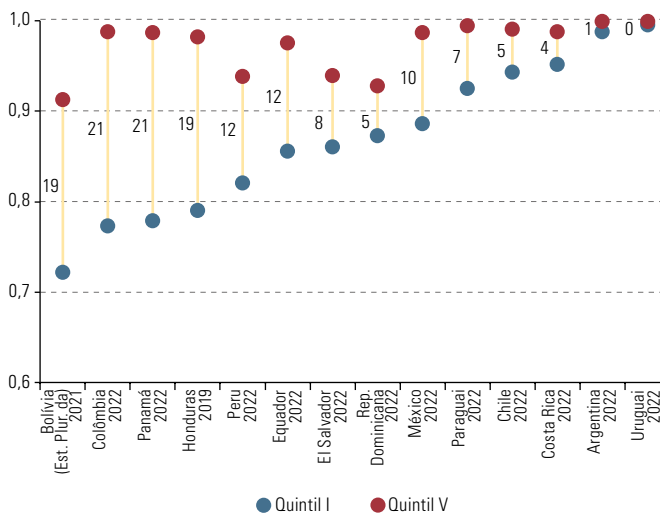
América Latina (14 países)^a: domicílios com jovens de 15 a 25 anos do primeiro e quinto quintis de renda, por acesso a serviços de eletricidade, água potável e saneamento

(Em porcentagens)

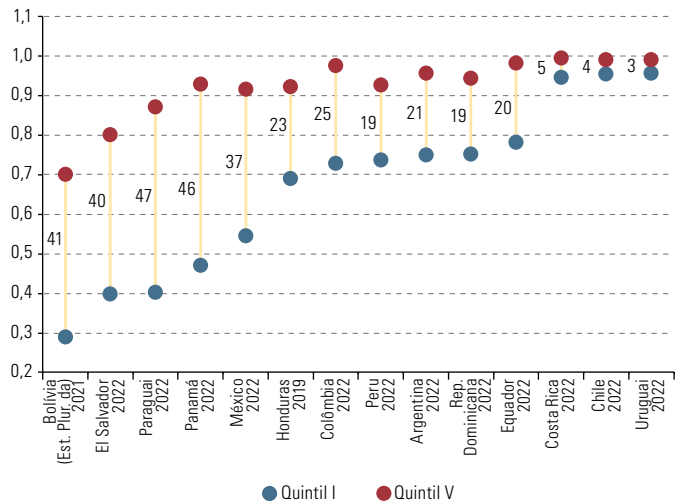
A. Eletricidade



B. Água potável



C. Saneamento



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).
^a No Gráfico A sobre eletricidade, a Argentina não está incluída.

Em suma, a pobreza de renda é mais intensa para os jovens da região, muitos dos quais também não recebem os serviços básicos essenciais para poder se desenvolver de forma aceitável. Por outro lado, a ausência de prestação de serviços básicos ocorre em um contexto em que os jovens dos quintis mais ricos praticamente não enfrentam privações, enquanto os das famílias mais pobres sofrem um alto nível de privação, que se repete para diferentes serviços em vários países. Além do impacto direto na falta de bem-estar, grande parte dos jovens latino-americanos enfrenta várias privações simultaneamente que terão impacto em suas condições atuais e futuras de alimentação, saúde e educação, o que, em suma, se traduzirá em uma futura inserção laboral mais difícil e precária, portanto, sem inclusão laboral (acesso ao mercado de trabalho com proteção social).

B. Educação de qualidade e competências-chave para o emprego juvenil

O acesso, a permanência e a progressão no sistema educacional é um dos fatores que, embora atrase o momento da entrada no emprego, proporciona melhores habilidades para alcançar a inclusão laboral e o acesso ao trabalho formal, com maior proteção social e melhor renda. Isso faz parte do ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Dentro deste Objetivo existem diferentes objetivos e indicadores que visam quantificar diversos aspectos da dimensão educacional. Nesta seção, serão considerados três deles que procuram melhorar a inclusão laboral dos jovens: i) a aquisição de competências em leitura e matemática; ii) incorporação no nível superior de ensino, e iii) conhecimento e uso de novas tecnologias.

A aquisição de habilidades de leitura e matemática em adolescentes é essencial para seu desenvolvimento integral e

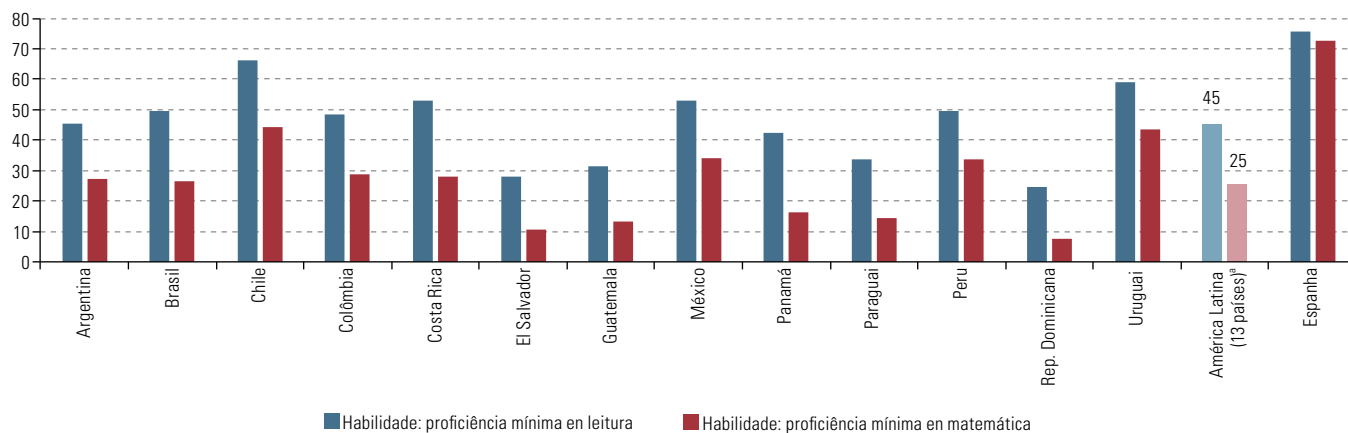
efetiva inclusão social e laboral. Estas competências não são cruciais apenas para o desempenho acadêmico, como também facilitam o acesso a uma cidadania ativa e informada, permitindo aos jovens compreender os processos democráticos e sociais e participar efetivamente nos mesmos. Além disso, o domínio dessas habilidades abre portas para oportunidades de ensino superior, o que, por sua vez, aumenta a capacidade da população jovem de se integrar em mercados de trabalho dinâmicos, ao mesmo tempo, em que melhora suas perspectivas de emprego e desenvolvimento profissional (Trucco e Ullmann, 2015).

Nos países da região, no entanto, há uma estagnação na aquisição desse tipo de habilidades: dos jovens do primeiro nível do ensino médio, menos da metade atinge um nível mínimo de proficiência em leitura e pouco mais de um quarto atinge um nível mínimo de proficiência em matemática (ver gráfico II.3).

Gráfico II.3

América Latina (13 países) e Espanha: crianças e jovens que frequentam o último ano do primeiro ano do ensino secundário e atingem um nível mínimo de proficiência em leitura e matemática, 2022

(Em porcentagens)



Fonte: Nações Unidas, “Os ODS na América Latina e no Caribe: Centro de Gestão do Conhecimento Estatístico” [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/datos-indicadores.html> e o Instituto Nacional de Estatística (INE) da Espanha.

^a Média simples de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

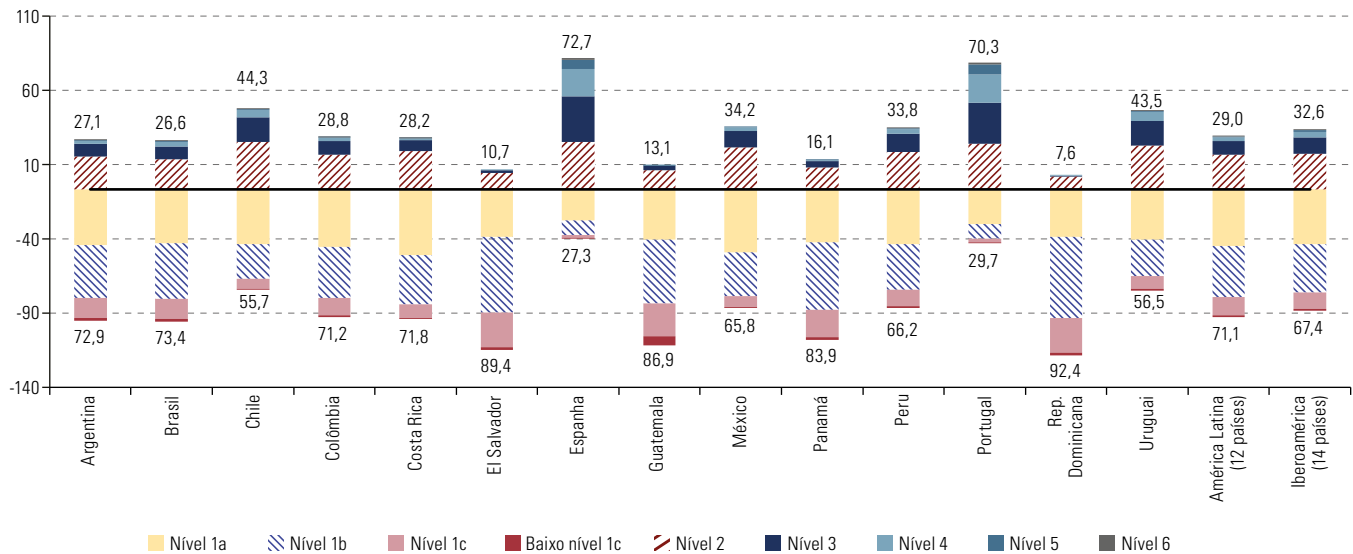
As diferenças são grandes quando se compara as habilidades dos jovens da América Latina com as da Espanha e Portugal. Como exemplo, os testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2022 constataram que nos dois últimos países a porcentagem de alunos que alcançaram proficiência em matemática ultrapassou 70%, enquanto para a média de

12 países latino-americanos, apenas 29% atingiram esse mesmo nível. O gráfico II.4 mostra que somente no Chile e no Uruguai a porcentagem de alunos com proficiência satisfatória em matemática ultrapassou 40%, enquanto no outro extremo, cerca de 11% alcançaram esse nível em El Salvador e quase 8% na República Dominicana.

Gráfico II.4

América Latina (12 países) e Ibero-América (14 países): alunos por nível de desempenho em matemática nos testes do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), 2022

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), 2022.

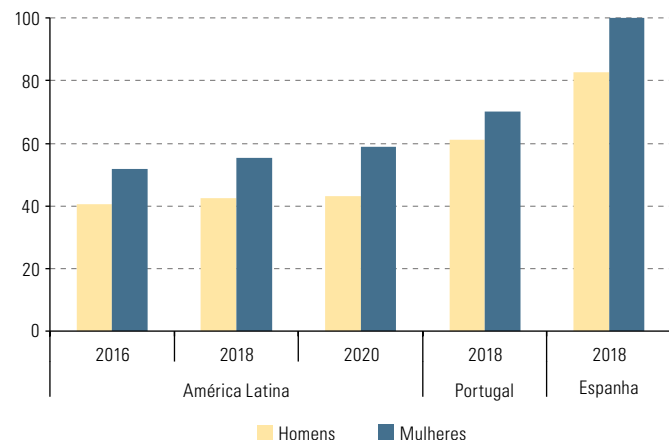
Embora os resultados apresentados nos indicadores acima não sejam muito encorajadores, o aumento da taxa bruta de matrícula no ensino superior desde 2015 é um indicador de expansão do acesso a níveis mais elevados de educação. Esse aumento é resultado da melhoria das condições gerais de vida e também reflete os resultados da implementação de políticas públicas de educação voltadas para a melhoria da

inclusão social e laboral, proporcionando a mais pessoas a oportunidade de acessar esse nível de ensino (Huepe, Palma, e Trucco, 2022). Neste indicador específico, destaca-se uma maior participação das mulheres no ensino superior, o que coincide com as sucessivas melhorias na inclusão e aprovação dos níveis anteriores nas últimas décadas (ver gráfico II.5).

Gráfico II.5

América Latina (9 países)^a, Espanha e Portugal: taxa bruta de matrícula no ensino superior, por sexo, 2016, 2018 e 2020

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat> e no Banco Mundial, "Dados de Livre Acesso do Banco Mundial" [on-line] <https://datos.bancomundial.org/>.
^a Média simples de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México e Nicarágua.

No entanto, este indicador deve ser interpretado com cautela. A taxa bruta de matrícula inclui pessoas de várias faixas etárias, não exclusivamente jovens da idade correspondente ao ensino superior. Portanto, um aumento nessa taxa não implica necessariamente progresso para o grupo de jovens. Fatores como qualidade educacional, relevância curricular e apoio à população estudantil são cruciais para garantir que a matrícula se traduza em graduações bem-sucedidas e melhoria efetiva das oportunidades dos alunos.

Além disso, a aquisição de competências em TIC é fundamental para garantir que os jovens possam se adaptar e prosperar num ambiente de trabalho e social que seja inerentemente

digital e dinâmico. No contexto atual, caracterizado por uma economia mundial cada vez mais digitalizada, a aquisição dessas habilidades é essencial para que essas pessoas alcancem a inclusão social e laboral, pois oferecem oportunidades de emprego em setores tecnológicos e de serviços avançados, e melhoram a competitividade em um mercado de trabalho que exige cada vez mais a capacidade de lidar com ferramentas digitais e se comunicar efetivamente através de plataformas virtuais (CEPAL/OEI, 2020).

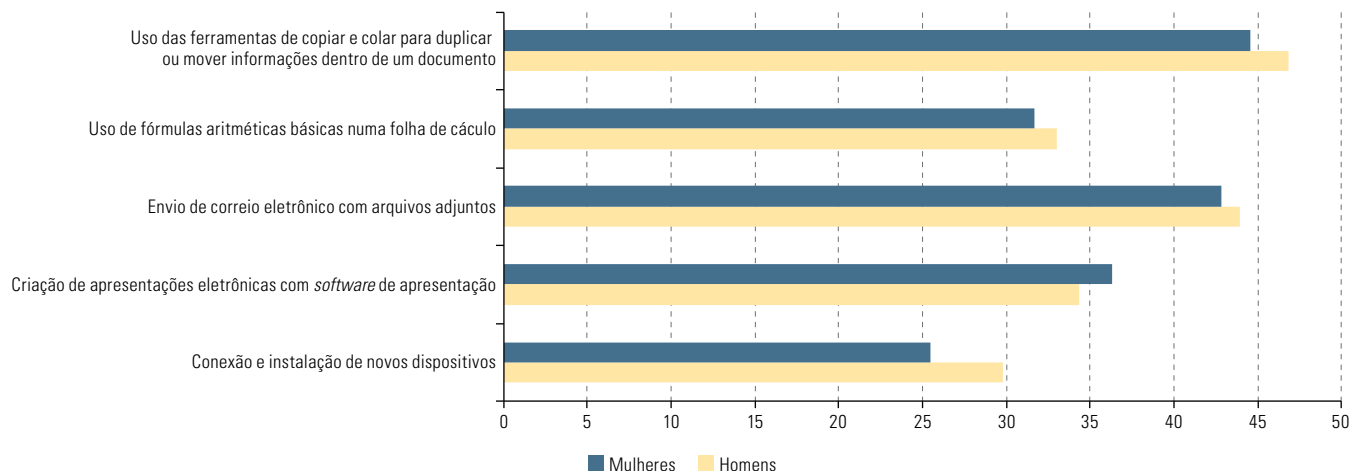
Além disso, as competências em TIC permitem que os jovens participem plenamente como cidadãos numa sociedade digital, facilitando o acesso à informação, aos serviços governamentais e às plataformas de participação dos cidadãos. Isso é especialmente relevante em um momento em que a governança e a dinâmica cívica estão se movendo cada vez mais para o espaço digital. Por outro lado, as TICs podem ser uma ferramenta poderosa para a educação, pois oferecem aos alunos a possibilidade de acessar recursos educacionais amplos e variados, bem como modalidades de aprendizagem que transcendem as limitações geográficas e temporais (Palma, 2024).

Embora não haja um grande volume de informações disponíveis a esse respeito, existem indicadores sobre esse objetivo que buscam, a partir de uma autoavaliação, determinar o grau de confiança no uso de habilidades digitais básicas e avançadas, com base em pesquisas realizadas em quatro dos cinco países com maior população da América Latina. De acordo com essas pesquisas, apenas metade —ou menos— dos jovens de 15 a 24 anos adquiriu esse tipo de habilidade. Embora não haja uma grande diferença entre homens e mulheres, os resultados são melhores para os homens em quase todas as variáveis examinadas. Em particular, a maior lacuna é vista na conexão e instalação de novos dispositivos, a habilidade mais complexa listada. As diferenças também são dignas de nota no caso do Brasil, onde o viés a favor dos homens é significativo (ver gráfico II.6).

Gráfico II.6

América Latina (4 países)^a: jovens de 15 a 24 anos com habilidades em tecnologia da informação e comunicação (TIC), por tipo de conhecimento técnico e sexo, por volta de 2022

(Em porcentagens)



Fonte: Nações Unidas, “Os ODS na América Latina e no Caribe: Centro de Gestão do Conhecimento Estatístico” [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/datos-indicadores.html>.

^a Os dados do Brasil, Colômbia e México correspondem a 2021, e os do Peru correspondem a 2019.

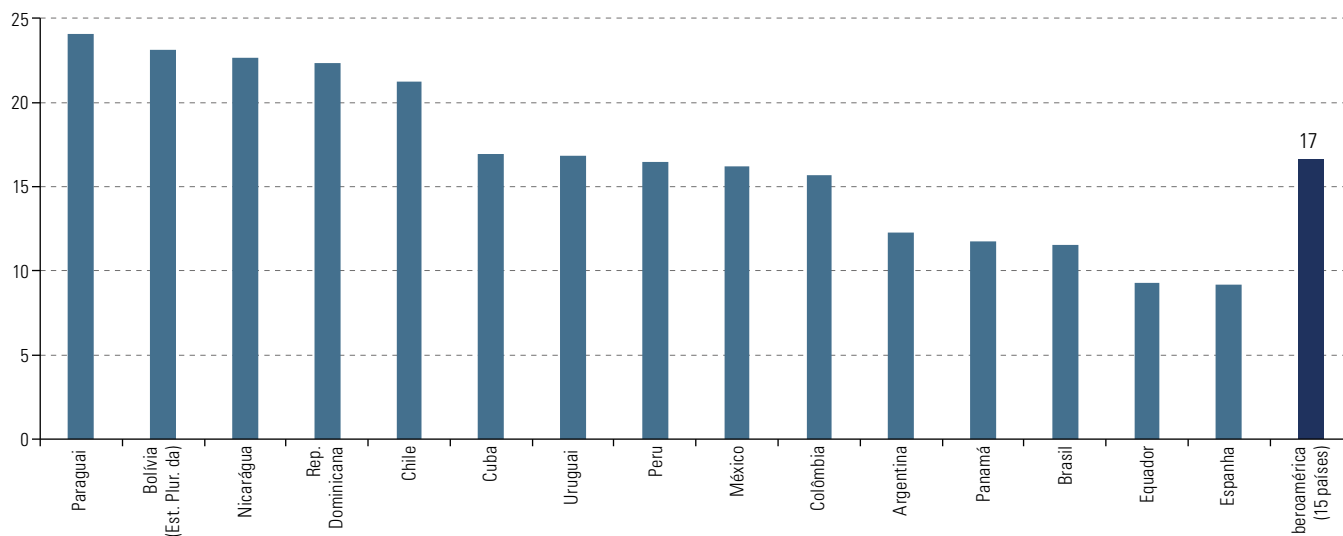
As rápidas e profundas mudanças tecnológicas, agravadas pela aceleração dos processos de digitalização ocorridos em paralelo e após a pandemia COVID-19, aumentam a importância da formação das novas gerações em competências digitais que facilitem a sua inclusão educativa, laboral e cívica. Os poucos instrumentos disponíveis para medir essas habilidades, sendo comparáveis e vão além das habilidades funcionais básicas, mostram um déficit significativo nas capacidades dos jovens de 15 a 24 anos nos países da região. Isso nos forçará a redobrar os esforços das políticas educacionais para promover sua incorporação e, dessa forma, favorecer uma inclusão laboral mais ampla e de melhor qualidade no futuro (CEPAL/OEI, 2020).

Por último, as despesas com serviços essenciais, como a educação, são uma prioridade na atribuição de recursos públicos, principalmente para os jovens. Na média dos países ibero-americanos com informação nos últimos cinco anos, essa alocação chega a 17% do gasto público total. A maior porcentagem é registrada no Paraguai, Bolívia (Estado Plurinacional da), Nicarágua, República Dominicana e Chile, onde ultrapassa 20%. Embora este indicador indique uma prioridade orçamental, não deve ser considerado como uma estimativa da despesa com a educação por aluno, visto que as populações-alvo e as estruturas etárias diferem entre os países, tal como a porcentagem da despesa pública total no PIB e no PIB per capita (ver gráfico II.7).

Gráfico II.7

Ibero-América (15 países): gasto público total em serviços essenciais (educação), 2022

(Em porcentagens da despesa pública total)



Fonte: Nações Unidas, “Os ODS na América Latina e no Caribe: Centro de Gestão do Conhecimento Estatístico” [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/datos-indicadores.html> e o Instituto Nacional de Estatística (INE) da Espanha.

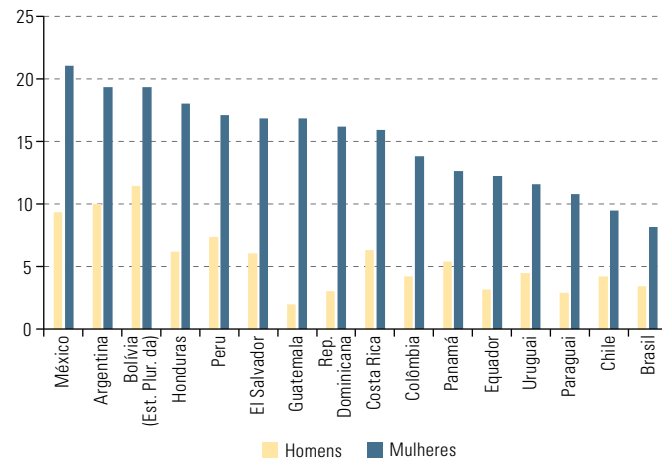
Nota: Os dados da Argentina e da Bolívia (Estado Plurinacional da) correspondem a 2021, os do Brasil, Colômbia, México e Nicarágua correspondem a 2020 e os do Chile correspondem a 2019.

C. Trabalho de cuidado não remunerado e maternidade precoce como fatores que dificultam a inclusão educacional e laboral de mulheres jovens

Para analisar a dimensão do tempo e sua ligação com a autonomia econômica das mulheres, são frequentemente aplicados questionários e módulos de uso do tempo que revelam a maneira como homens e mulheres distribuem seu tempo. Essas informações fornecem elementos relevantes para o desenho e avaliação das políticas públicas necessárias para alcançar uma distribuição mais equitativa do tempo (Maldonado Valera, Marinho, e Robles, 2020). O ODS 5 busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O desempenho do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado por jovens, e especialmente mulheres, tem implicações significativas para sua participação educacional e inclusão laboral. Esta carga de trabalho não remunerada limita o tempo disponível para se dedicar à educação formal,

à participação no mercado de trabalho e à inclusão laboral, bem como reforça as estruturas tradicionais de gênero que atribuem às mulheres tarefas predominantemente domésticas e de prestação de cuidados. Conforme os dados disponíveis para os países da América Latina, as mulheres de 15 a 24 anos gastam de 10 a 20% de seu tempo nesse tipo de trabalho não remunerado, o dobro do que os homens da mesma idade (ver gráfico II.8). No caso da Espanha, embora não haja dados atuais disponíveis para o monitoramento desse indicador, em 2010, as diferenças seguiram as mesmas tendências observadas na América Latina, uma vez que as mulheres gastavam, em média, mais do que o dobro de horas diárias em trabalho doméstico do que os homens (4,1 e 1,9 horas, respectivamente).

Gráfico II.8**América Latina (16 países): tempo médio semanal gasto por jovens de 15 a 24 anos em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, por sexo***(Em porcentagens)*

Fonte: Nações Unidas, “Os ODS na América Latina e no Caribe: Centro de Gestão do Conhecimento Estatístico” [on-line] <https://agenda2030lac.org/estadisticas/datos-indicadores.html>.

A divisão sexual do trabalho se instala desde cedo, sendo ainda mais evidente nos casos de maternidade na adolescência, ou uniões, ou casamentos precoces. Na região, uma em cada cinco mulheres entre 20 e 24 anos era casada ou estava em união estável antes de completar 18 anos (21,2%) em 2022¹⁵. As raparigas em união ou casadas antes dos 18 anos gastam mais do dobro do tempo em trabalho não remunerado do que as que não estão em união ou casadas, gastando o equivalente a um dia inteiro de trabalho. Essas diferenças não são observadas em seus colegas do sexo masculino, que mal ultrapassam 15 horas semanais (CEPAL, 2022).

Esse fenômeno tem efeitos diretos na autonomia presente e futura das mulheres jovens. Ao assumir uma proporção significativa das responsabilidades domésticas desde tenra idade, as mulheres muitas vezes enfrentam maiores dificuldades para concluir seus estudos ou se comprometer com uma carreira. Isso se reflete em maiores taxas de evasão e restrições às

opções de emprego disponíveis, perpetuando as desigualdades econômicas e de gênero (González Vélez, 2022; CEPAL, 2023).

Além disso, a disponibilidade reduzida de tempo limita suas oportunidades de adquirir habilidades adicionais e participar de redes profissionais ou atividades de desenvolvimento pessoal, o que é crucial para uma integração bem-sucedida no mercado de trabalho. Em resposta a esses desafios, é essencial que as políticas públicas reconheçam e abordem o trabalho de cuidado como uma questão crítica, não apenas de igualdade de gênero, mas também de desenvolvimento econômico e social, com medidas como a oferta de serviços e benefícios de cuidado acessíveis e acessíveis, licença e tempo para cuidar e a implementação de programas que facilitem a permanência e o desenvolvimento educacional, a integração laboral das mulheres jovens, bem como o reconhecimento, redução, redistribuição, recompensa e representação do trabalho de cuidado a partir de uma perspectiva de gênero, interseccional e de direitos humanos que promova a corresponsabilidade entre os gêneros e entre as famílias, o Estado, o mercado e as comunidades (Nações Unidas, 2024).

Por outro lado, a maternidade na adolescência é um problema multidimensional, com profundas implicações sociais, econômicas e pessoais que perpetuam a transmissão intergeracional da pobreza e limitam as oportunidades de desenvolvimento humano. Do ponto de vista social, as jovens mães podem enfrentar a exclusão e, assim, ver reduzido o seu acesso à comunidade e ao apoio emocional. Economicamente, essa condição tem efeitos negativos na trajetória educacional e profissional dos adolescentes, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho e afeta suas perspectivas de renda presentes e futuras (CEPAL, 2023). O trabalho de cuidado associado à maternidade e à criação dos filhos leva muitas mulheres a interromper ou adiar seus estudos, ou carreiras profissionais. As mulheres jovens tendem a assumir uma carga maior de trabalho não remunerado quando há crianças de 0 a 5 anos no domicílio familiar, o que afeta a sua participação no mercado de trabalho e no sistema educativo. De fato, a proporção de mulheres com mais de 20 anos envolvidas exclusivamente em trabalho doméstico não remunerado dobra em comparação com aquelas que não têm filhos em casa. Em contraste, a presença de crianças no domicílio aumenta sua participação no mercado

¹⁵ Dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe [on-line] <https://oig.cepal.org/>, com base no CEPALSTAT [acesso em: 20 de setembro de 2024].

de trabalho nessas circunstâncias (CEPAL/OIT, 2024). No aspecto pessoal, a maternidade precoce pode trazer consigo desafios significativos como de saúde e bem-estar emocional, reforçando as condições que levam ao abandono escolar e ao adiamento da entrada no mundo do trabalho.

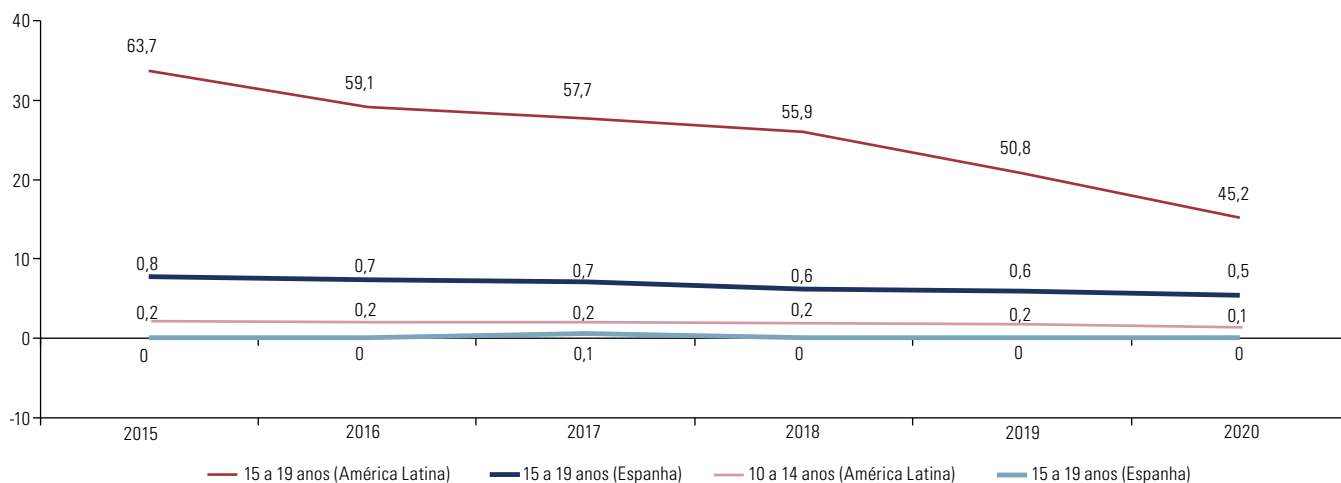
Ao nível regional, houve uma diminuição nas taxas de maternidade na adolescência na última década, especialmente

na faixa etária de 10 a 14 anos. A taxa de declínio nessa faixa etária foi de 35,9% nesse período, em comparação com 29,1% na faixa etária de 15 a 19 anos. Apesar dos avanços, o nível do indicador na faixa etária mais avançada permanece elevado, reforçando a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para a educação sexual integral e a melhoria dos serviços de saúde reprodutiva (ver gráfico II.9).

Gráfico II.9

América Latina (11 países) e Espanha: taxa de fecundidade feminina, por faixa etária, 2015-2020

(Para cada 1.000 mulheres na mesma faixa etária)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat> e no Instituto Nacional de Estadística (INE) da Espanha.

Nota: Média simples de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Panamá e Peru.

O sucesso na redução da maternidade na adolescência se deve, entre outras razões, a várias políticas e programas implementados nos países, como a implementação de programas integrais de educação sexual nas escolas, o aumento do acesso à saúde reprodutiva e aos serviços contraceptivos e a promoção de campanhas de conscientização voltadas para adolescentes e suas famílias. A colaboração entre governos, organizações não-governamentais e comunidades tem sido crucial para abordar essa questão de vários ângulos.

Devido à prevalência de diferentes fatores, no entanto, a maternidade precoce apresenta uma desigualdade acentuada

e é maior nos contextos socioeconômicos mais vulneráveis (Rodríguez Vignoli e San Juan Bernuy, 2020). Isso pode ser visto nos dados de pesquisas domiciliares em países onde é possível identificar mulheres jovens de 15 a 24 anos que já se tornaram mães. As informações são apresentadas no gráfico II.10, que mostra que, de modo geral, a proporção de mães jovens é de 2 a 10 vezes maior entre as mulheres dos domicílios do primeiro quintil de renda em comparação com as do quinto quintil. Em particular, as desigualdades mais marcantes são encontradas nos países mais desenvolvidos, como Chile, Brasil e Uruguai. Embora esses países tenham maior acesso

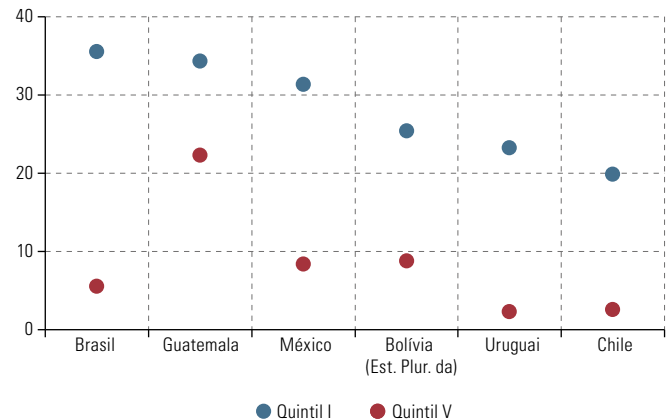
aos benefícios das políticas e programas de saúde reprodutiva para os grupos mais favorecidos, os quintis de renda mais baixos têm taxas de maternidade precoce semelhantes às do restante dos países da região.

É fundamental, portanto, que as políticas públicas continuem focadas na prevenção da maternidade na adolescência através da expansão e aprimoramento de programas integrais de educação sexual, garantindo que sejam culturalmente relevantes e acessíveis a todos os jovens, independentemente de sua localização geográfica ou situação socioeconômica. Além disso, a atenção primária à saúde, especialmente os programas e serviços de saúde reprodutiva, deve ser fortalecida, garantindo que sejam confidenciais e de fácil acesso (Marinho, Dahuabe e Arenas de Mesa, 2023).

Da mesma forma, é igualmente importante promover um ambiente de apoio social para as jovens mães, proporcionando-lhes acesso a programas de reintegração e acompanhamento escolar, treinamento profissional e serviços de apoio psicológico e emocional. A implementação de políticas que promovam a corresponsabilização no cuidado, a permanência no sistema educacional dos jovens e sua incorporação ao mercado de trabalho também podem ajudar

a mitigar os impactos negativos da maternidade precoce na trajetória educacional e laboral das mulheres jovens.

Gráfico II.10
América Latina (6 países): mulheres de 15 a 24 anos do primeiro e quinto quintis de renda que foram mães
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).

D. Indicadores de proteção social e despesa social nos domicílios familiares com jovens

Na maioria dos países da região, as famílias com jovens de 15 a 24 anos tendem a receber apoio do governo através de vários mecanismos de proteção social, incluindo programas de transferência não contributiva, que melhoram seu nível de renda e bem-estar. Esses tipos de transferências são geralmente concedidos com base em critérios de focalização, o que significa que uma proporção maior de jovens dos quintis mais baixos tem acesso a eles em comparação com os quintis mais altos (CEPAL, 2023).

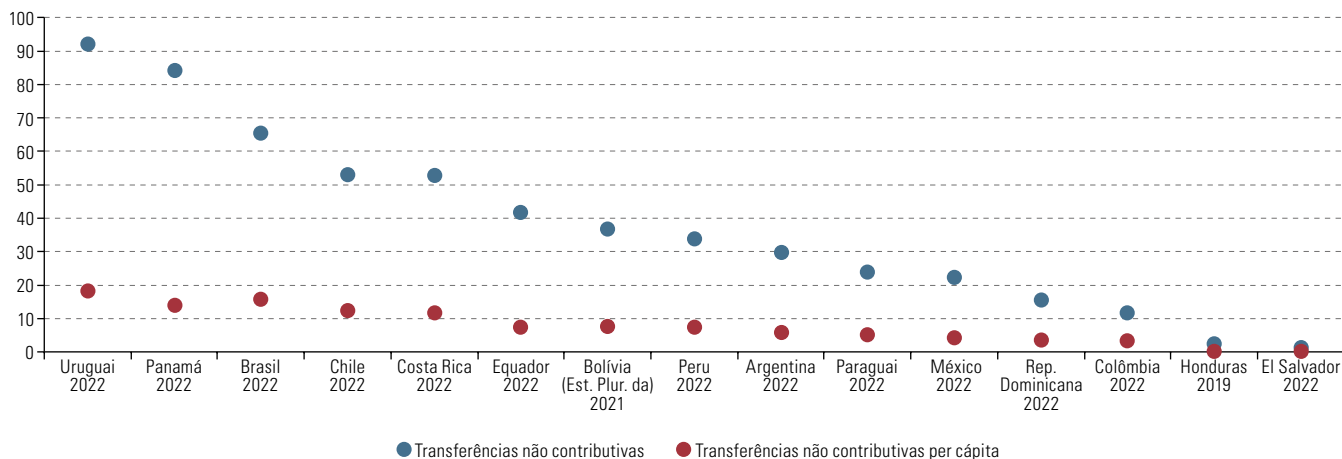
No entanto, o valor recebido com essas transferências geralmente não é muito alto, portanto, são um instrumento para aliviar situações de pobreza e não permitir a superação imediata

de tais situações. Se o valor total recebido for comparado com o valor de uma linha de pobreza, pode-se ver que as famílias no primeiro quintil com jovens de 15 a 24 anos recebem entre um máximo de quase uma linha de pobreza no Uruguai (92% do valor da linha de pobreza), a um mínimo de 1% do total em El Salvador. Se for analisado o valor recebido por pessoa, no Uruguai esses domicílios recebem um valor próximo a 20% da linha de pobreza para cada pessoa no domicílio, valor que em Honduras e El Salvador diminui para valores abaixo de 1% do valor da linha de pobreza per capita para cada membro (ver gráfico II.11).

Gráfico II.11

América Latina (15 países): renda total e por pessoa recebida de transferências governamentais não contributivas em domicílios no primeiro quintil com presença de jovens de 15 a 24 anos, por volta de 2022

(Em porcentagens da linha de pobreza total)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).

Nota: Os dados da Bolívia (Estado Plurinacional da) correspondem a 2021 e os de Honduras correspondem a 2019.

A título de conclusão, a análise apresentada neste capítulo mostra os indicadores definidos nos ODS que têm relação direta com as condições de vida dos jovens de 15 a 24 anos na América Latina. A pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, a desigualdade de gênero e a necessidade de melhorar a qualidade da educação são desafios críticos que devem ser enfrentados para facilitar a inclusão laboral e o desenvolvimento integral dessas pessoas.

Para promover a inclusão laboral dos jovens no âmbito dos ODS, é fundamental fortalecer a educação e a formação, com foco na melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio, bem como promover a educação técnica e profissional com ênfase nas habilidades digitais. Além disso, é essencial garantir o acesso universal a serviços básicos como água potável, saneamento e eletricidade, especialmente para famílias de baixa

renda. A promoção da igualdade de gênero deve equilibrar o fardo da prestação de cuidados não remunerada e do trabalho doméstico entre homens e mulheres e aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior. Melhorar o acesso à saúde, especialmente serviços de saúde reprodutiva e programas de educação sexual, deve ajudar a reduzir a taxa de maternidade na adolescência e promover o bem-estar geral. O fortalecimento dos sistemas de proteção social garantirá que as transferências e o apoio não contributivos cheguem às famílias mais necessitadas e que as lacunas de cobertura possam ser reduzidas. Por fim, a implementação de políticas públicas que promovam o crescimento econômico inclusivo e sustentável gerará mais e melhores oportunidades de emprego para os jovens.

Bibliografia

- Arenas de Mesa, A. e C. Robles (eds.) (2024), *Sistemas de pensões não contributivas na América Latina e no Caribe: avançar solidariamente com a sustentabilidade*, Livros da CEPAL, Nº 164 (LC/PUB.2024/6-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Bércovich, N. e M. Muñoz (2022), “Rotas e desafios para fechar as lacunas de gênero nas habilidades digitais”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2022/73), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2024), *América Latina e Caribe diante do desafio de acelerar o ritmo para o cumprimento da Agenda 2030: transições para a sustentabilidade* (LC/FDS.7/3), Santiago.
- ____ (2023), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago.
- ____ (2022), “Casamentos e uniões infantis precoces e forçadas aprofundam as desigualdades de gênero”, Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, 28 de junho [on-line] <https://oig.cepal.org/es/infografias/matrimonios-uniones-infantiles-tempranos-forzados-profundizan-desigualdades-genero>.
- CEPAL/OEI (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2020), “Educação, juventude e trabalho: habilidades e competências necessárias em um contexto em mudança”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2020/116), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- CEPAL/OIT (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização Internacional do Trabalho) (2024), “Desafios e oportunidades para a inclusão laboral dos jovens e a redistribuição do trabalho de cuidado”, *Conjuntura Laboral na América Latina e o Caribe*, Nº 29 (LC/TS.2023/197), Santiago.
- Céspedes, C. e C. Robles (2016), “Meninas e adolescentes na América Latina e no Caribe: dívidas de igualdade”, *série Assuntos de Gênero*, Nº 133 (LC/L.4173), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- González Vélez, A. C. (2022), “Vínculos inescapáveis entre a autonomia física e econômica das mulheres: uma proposta para um marco conceitual”, *série Assuntos de Gênero*, Nº 162 (LC/TS.2022/106), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Huepe, M., A. Palma e D. Trucco (2022), “Educação em tempos de pandemia: uma oportunidade para transformar os sistemas educacionais na América Latina e no Caribe”, *Série Políticas Sociais*, Nº 243 (LC/TS.2022/149), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Maldonado Valera, C., M. L. Marinho e C. Robles (eds.) (2020), “Inclusão e coesão social no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: chaves para o desenvolvimento social inclusivo na América Latina”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2020/59), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Marinho, M. L., A. Dahuabe e A. Arenas de Mesa (2023), “Saúde e desigualdade na América Latina e no Caribe: a centralidade da saúde para o desenvolvimento social inclusivo e sustentável”, *Série Políticas Sociais*, Nº 244 (LC/TS.2023/115), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Nações Unidas (2024), *Transformar os Sistemas de Cuidados no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Nossa Agenda Comum*, um documento de política do sistema das Nações Unidas.
- Palma, A. (2024) “Proteção Social Digital: Elementos de Análise”, *Documentos do Projeto*, Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no prelo.
- Plataforma de Infância (2024), *Análise do Inquérito sobre as Condições de Vida com foco na infância 2024*, Madrid.
- Rodríguez Vignoli, J. e V. San Juan Bernuy (2020), “Maternidade, fecundidade e parto na adolescência e juventude: continuidade e mudança na América Latina”, *série População e Desenvolvimento*, Nº 131 (LC/TS.2020/89), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Trucco, D. e H. Ullmann (eds.) (2015), *Juventude: realidades e desafios para o desenvolvimento com igualdade*, Livros da CEPAL, Nº 137 (LC/G.2647-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

III. Inclusão laboral e emprego dos jovens até 2030

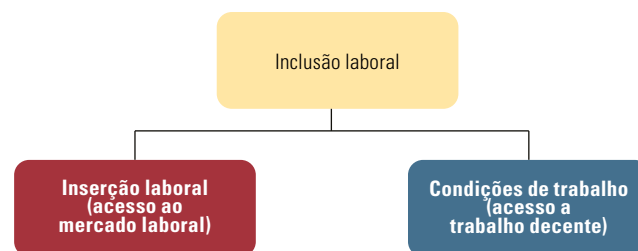
A inclusão laboral é um componente central do desenvolvimento social inclusivo, que busca garantir que os membros da força de trabalho possam ter acesso a empregos produtivos e de qualidade, que garantam níveis adequados de remuneração e cobertura de proteção social (CEPAL, 2023). Dessa forma, a inclusão laboral é composta tanto pela inserção laboral quanto pelas condições do trabalho acessado (ver diagrama III.1).

Como se observa no capítulo I, a Ibero-América encontra-se em um momento de desaceleração econômica e estagnação dos avanços sociais das décadas anteriores, ao mesmo tempo, em que passa por importantes transformações tecnológicas, ambientais e demográficas que estão cada vez mais moldando e moldarão seus mercados de trabalho.

No entanto, na região, os jovens estão em desvantagem em relação à população adulta em termos de inclusão laboral. Eles não apenas enfrentam maiores obstáculos para entrar no mercado de trabalho (que se expressam em taxas de desemprego mais altas), mas também encontram maiores barreiras para

acessar empregos produtivos e de qualidade. Garantir a participação dos jovens no mercado de trabalho é essencial para que os países avancem em direção ao desenvolvimento social inclusivo e ao desenvolvimento sustentável.

Diagrama III.1
Inclusão laboral



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago, 2023.

A. Os jovens enfrentam obstáculos significativos para entrar no mercado de trabalho

Embora na América Latina a participação laboral dos jovens entre 15 e 24 anos seja menor que a participação da população entre 25 e 64 anos de idade, e envolve mais pessoas de 65 anos ou mais, existem diferenças importantes entre a América Latina, a Espanha e Portugal. Por um lado, em comparação com Espanha e Portugal, os jovens da América Latina têm taxas de participação no mercado de trabalho mais elevadas e taxas de desemprego mais baixas (ver gráfico III.1A), o que pode ser parcialmente explicado pela presença de menores barreiras ao acesso ao mercado de trabalho. Além disso, as diferenças, conforme o território e sexo são muito mais pronunciadas na América Latina do que na Espanha e em Portugal. Nos países latino-americanos, a participação no trabalho das áreas rurais e entre os homens jovens é significativamente maior do que nas áreas urbanas e entre as mulheres jovens, respectivamente, enquanto o oposto é verdadeiro para as taxas de desemprego (ver gráfico III.1B).

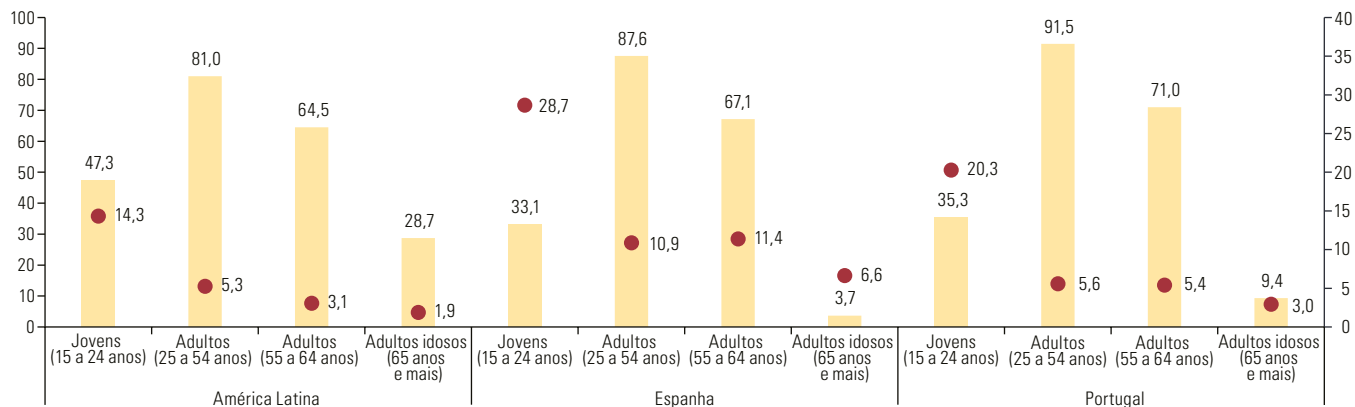
No que diz respeito à duração do desemprego, os países latino-americanos apresentam novamente padrões diferenciados em relação à Espanha e a Portugal (ver gráfico III.2). Enquanto a maioria dos jovens na América Latina, Espanha e Portugal leva menos de seis meses para encontrar emprego, na América Latina a diferença entre a situação dos jovens de 15 a 24 anos e a população de 25 a 64 anos é muito menor do que a diferença entre os dois grupos etários observada na Espanha e em Portugal. Nestes países, a duração do desemprego entre os jovens é significativamente mais curta do que a dos seus pares mais velhos. Além disso, ao comparar a duração do desemprego por sexo, também são observadas diferenças entre a América Latina e Espanha e Portugal. As mulheres jovens na América Latina demoram mais do que os homens jovens para encontrar emprego, enquanto o oposto é verdadeiro na Espanha e em Portugal.

Gráfico III.1

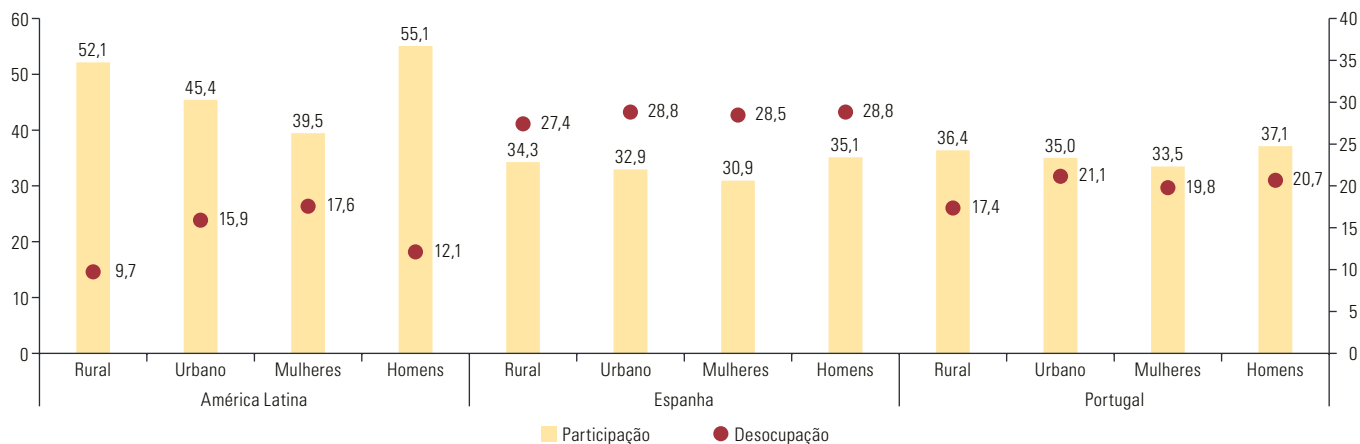
América Latina (14 países)^a, Espanha e Portugal: taxa de participação e desemprego, por sexo e idade, 2023

(Em porcentagens)

A. Participação (eixo esquerdo) e desocupação (eixo direito), por faixa etária



B. Participação (eixo esquerdo) e desocupação de jovens entre 15 e 24 anos, por território e sexo



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG) e pesquisas de emprego para a região (para dados da América Latina), e Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILOSTAT [banco de dados on-line] https://rshiny.ilo.org/dataexplorer4/?lang=en&id=EMP_TEMP_SEX_ECO_NB_A (para dados da Espanha e Portugal).

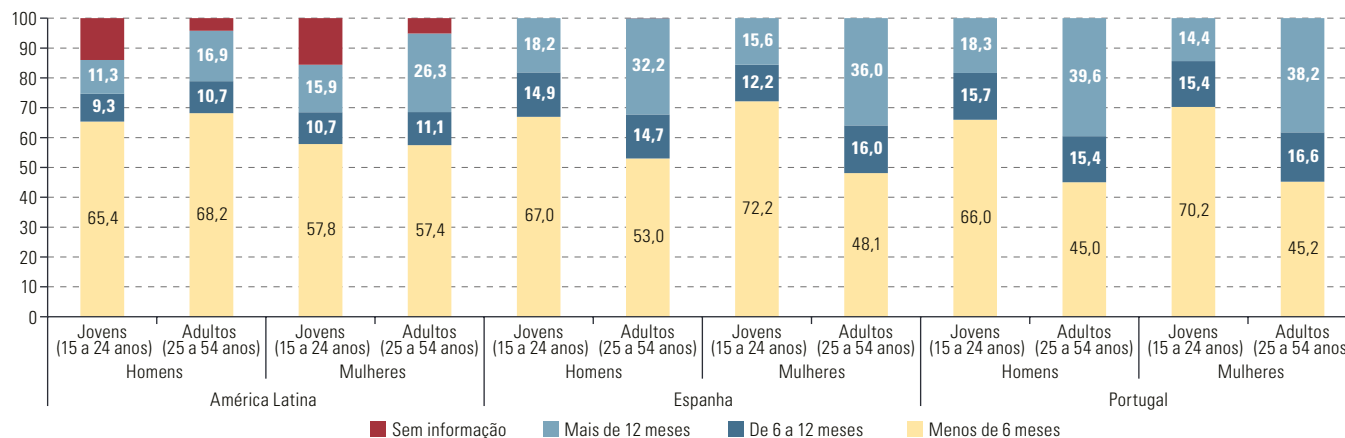
Nota: Os dados do México correspondem a 2024.

^a Média simples de: Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Gráfico III.2

América Latina (13 países), Espanha e Portugal: duração do desemprego, por idade e sexo, 2023

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG) e pesquisas de emprego para a região (para dados da América Latina), e Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILOSTAT [banco de dados on-line] https://rshiny.ilo.org/dataexplorer4/?lang=en&id=EMP_TEMP_SEX_ECO_NB_A (para dados da Espanha e Portugal).

Nota: Média simples de Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. Os dados do México correspondem a 2024.

Na América Latina, um em cada cinco jovens de 15 a 24 anos não estuda nem trabalha remunerado, situação que afeta particularmente as mulheres e, em particular, as que vivem em territórios rurais, as que já foram mães e as jovens afrodescendentes (Abramo et al., 2021; Morales e Van Hemelryck, 2022). No caso das mulheres, a maioria das que estão fora do mercado de trabalho e do sistema educacional declara que está envolvida em trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (CEPAL/OIT, 2024). Em contrapartida, em Espanha e Portugal, menos de 10% dos jovens não estudam nem exercem uma atividade remunerada, e as disparidades entre homens e mulheres são consideravelmente menores, mesmo no sentido oposto (ver gráfico III.3).

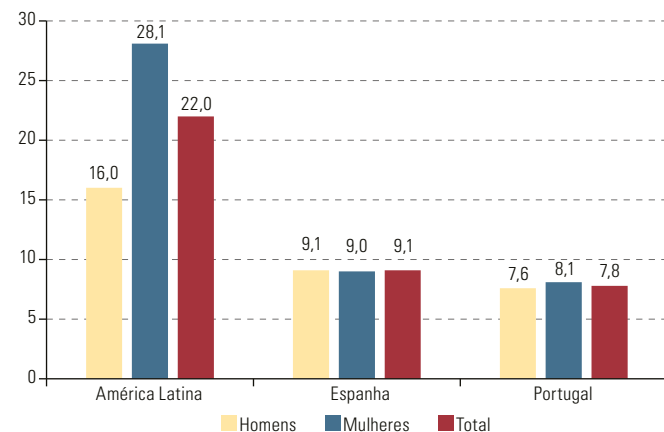
A CEPAL caracterizou a situação dos jovens que não estudam ou não possuem trabalho remunerado como uma das formas mais agudas de exclusão enfrentadas pela população jovem, na qual convergem fatores estruturais e circunstanciais,

conforme previsto no capítulo II (Espejo et al., 2023a). A principal atividade exercida pelas jovens que não estudam ou trabalham com remuneração na Ibero-América é o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, enquanto os homens dessa categoria estão desempregados ou fora do mercado de trabalho, conforme a divisão sexual do trabalho. As razões para a alta porcentagem de jovens que não estudam ou trabalham remunerados na região são múltiplas. Além dos obstáculos estruturais à inserção no mercado de trabalho, outros fatores explicativos são a falta de serviços de cuidados a preços acessíveis, de recursos e tempo para cuidar que lhes permitam conciliar o trabalho, os estudos e as responsabilidades familiares com a corresponsabilidade, bem como a desconexão da oferta educativa com os seus interesses e com as exigências do mercado de trabalho, que produz desmotivação entre os jovens (Abramo et al., 2021; Huepe, 2024).

Gráfico III.3

América Latina (16 países)^a, Espanha e Portugal: taxa de jovens de 15 a 24 anos que não estudam ou trabalham com remuneração, por sexo, 2022

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG) e pesquisas de emprego para a região (para dados da América Latina), e Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILOSTAT [banco de dados on-line] https://rshiny.ilo.org/dataexplorer4/?lang=en&id=EMP_TEMP_SEX_ECO_NB_A (para dados da Espanha e Portugal).

Nota: Os dados da Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Costa Rica e Panamá correspondem a 2021, e os da Guatemala e Nicarágua correspondem a 2014.
^a Média ponderada de: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

Em suma, os dados ibero-americanos mostram desigualdades laborais significativas entre a população jovem, particularmente entre homens e mulheres, sendo as disparidades de gênero entre os jovens que participam no mercado de trabalho significativamente mais elevadas na América Latina do que em Espanha e Portugal. A proporção desfavorecida da população feminina em relação à masculina é parcialmente explicada pela acentuada divisão sexual do trabalho na região. Em geral, na América Latina, as mulheres jovens gastam até 20% de seu tempo em trabalho não remunerado, enquanto os homens jovens raramente ultrapassam 10% (CEPAL/OIT, 2023).

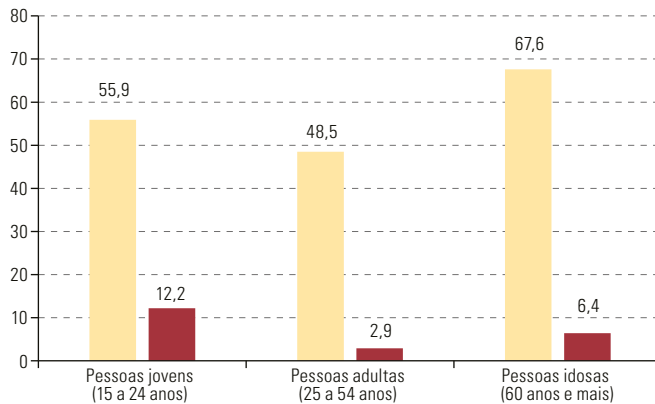
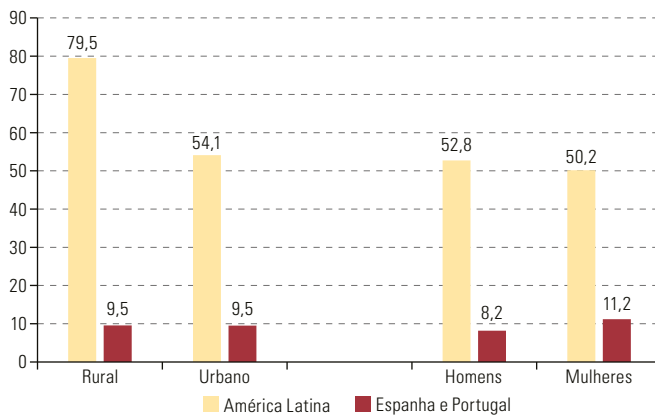
Além disso, os eixos da matriz da desigualdade social se cruzam para formar núcleos rígidos de exclusão (CEPAL, 2016). Em particular, existem diferenças pronunciadas segundo o nível de renda entre as mulheres, o que responde ao fato de que as famílias de baixa renda têm mais pessoas que dependem de cuidados e maiores dificuldades para terceirizar o trabalho doméstico e de cuidados (CEPAL/OIT, 2023). Isso significa que as mulheres nesses lares têm uma carga maior de trabalho não remunerado e enfrentam mais obstáculos para procurar emprego, participar de forma estável no mercado de trabalho e acessar empregos decentes (CEPAL, 2023).

B. Barreiras ao acesso a empregos de qualidade

A América Latina é caracterizada pela heterogeneidade estrutural que se expressa na coexistência de setores produtivos com grandes diferenças de produtividade. A segmentação da economia e dos mercados de trabalho reflete-se numa desigualdade significativa dos rendimentos do trabalho e em elevados níveis de informalidade laboral, em que os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos estão super-representados em comparação aos jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (ver gráfico III.4A). As taxas de informalidade na Espanha e Portugal são significativamente inferiores às observadas na América Latina, embora também seja verdade que a população entre os 15 e os 24 anos apresenta taxas de informalidade mais elevadas

do que as de 25 anos ou mais (com exceção da comparação com a população com 65 anos ou mais em Portugal, onde as taxas de informalidade são semelhantes).

Novamente, as desigualdades nos mercados de trabalho mostram tendências diferentes entre os países da América Latina, Espanha e Portugal. Na América Latina, os jovens rurais têm níveis mais altos de informalidade do que seus colegas urbanos, enquanto o oposto é verdadeiro na Espanha e em Portugal. Da mesma forma, na América Latina, os níveis de informalidade são bastante semelhantes entre os sexos (a taxa de informalidade feminina é ligeiramente menor), enquanto na Espanha e em Portugal a diferença é proporcionalmente maior e, em ambos os casos, é maior entre as mulheres jovens (ver gráfico III.4B).

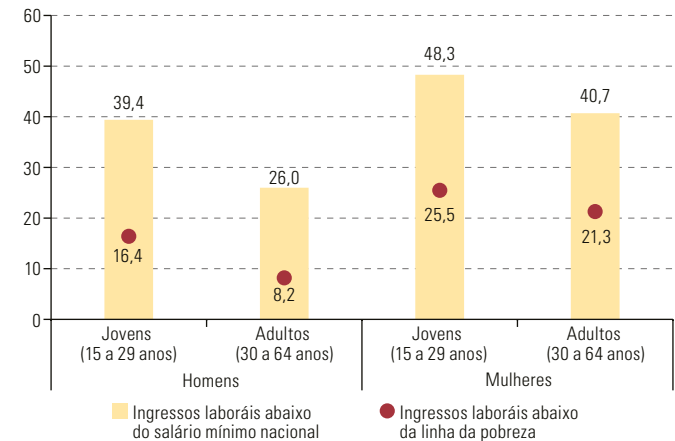
Gráfico III.4**América Latina (14 países), Espanha e Portugal: taxa de emprego informal, por idade, território e sexo, 2022***(Em porcentagens)***A. Taxa de ocupação informal, por faixa etária^a****B. Taxa de ocupação informal de pessoas jovens entre 15 e 24 anos, por território e sexo^b**

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG) e pesquisas de emprego para a região (para dados da América Latina), e Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILOSTAT [banco de dados on-line] https://rshiny.ilo.org/dataexplorer4/?lang=en&id=EMP_TEMP_SEX_ECO_NB_A (para dados da Espanha e Portugal).

^a Média simples. A América Latina inclui: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

^b Média ponderada. A América Latina inclui: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Paraguai e Peru.

Na Ibero-América, os jovens empregados tendem a receber uma renda de trabalho menor do que a população adulta. Na América Latina, uma proporção maior de jovens (de 15 a 29 anos) recebe salários abaixo da linha de pobreza e salários mínimos nacionais, em comparação com a população de 30 a 64 anos. Em 2022, mais de 16% e 39% dos jovens empregados ganhavam menos do que o limiar de pobreza e os salários mínimos nacionais, respectivamente, enquanto estas percentagens eram entre 8 e 13 pontos percentuais inferiores para os homens empregados com idades compreendidas entre os 30 e os 64 anos (ver gráfico III.5). Em termos de renda do trabalho, as mulheres jovens estão em desvantagem em comparação com homens e mulheres adultas. Em particular, mais de 25% recebem salários abaixo da linha da pobreza e cerca de 50% não recebem salários que excedam o salário mínimo de seus respectivos países.

Gráfico III.5**América Latina (14 países)^a: pessoas empregadas com renda do trabalho abaixo da linha de pobreza e salários mínimos nacionais, por sexo e idade, média ponderada, 2022***(Em porcentagens)*

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG) e pesquisas de emprego para a região.

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Na Espanha, o salário médio mensal bruto aumenta com a idade, sendo que em 2022 era de 1.315,40 euros, que, em média, era recebido por menores de 25 anos, para 2.381,2 euros, que era recebido por pessoas empregadas com 55 anos ou mais (INE de Espanha, 2023). O nível salarial mais elevado das pessoas mais velhas explica-se, em parte, pela maior proporção de contratos permanentes, pelo tempo de serviço mais longo no emprego e pelo aumento da experiência profissional. Por outro lado, o nível salarial mais baixo entre os grupos mais jovens é explicado por uma maior proporção de trabalho a

tempo parcial e contratos temporários, bem como pela menor antiguidade (INE de Espanha, 2023). Em Portugal, os dados relativos a 2021 mostram também que a população dos 16 aos 34 anos recebe, em média, um rendimento mensal do trabalho inferior ao da população com 35 e mais anos. Nesse ano, a Área Metropolitana de Lisboa apresentou a maior diferença no rendimento médio mensal do trabalho entre os grupos etários; o valor mais elevado foi registado na população dos 35 aos 54 anos (1.225,25 euros) e o mais baixo na população dos 16 aos 34 anos (1.018,32 euros) (INE de Portugal, 2023).

C. Perspectivas para a inclusão laboral da população jovem a médio prazo

Na América Latina, os jovens empregados, tanto mulheres quanto homens, são principalmente assalariados (empregados) (72% das pessoas empregadas em 2022 no caso dos homens e 73% no caso das mulheres). No entanto, ao longo da última década, a percentagem de jovens que trabalham por conta de outrem tem vindo a diminuir lentamente e a percentagem de trabalhadores por conta própria aumentou tanto nos homens como nas mulheres, passando de 14% em 2021 para 18% em 2022 no caso das mulheres, e de 15% para 18% nos mesmos anos no caso dos homens (Huepe, 2024).

Por outro lado, em 2022, os jovens de 20 a 29 anos empregados na América Latina estão concentrados principalmente no

setor de serviços, em particular nos serviços públicos, serviços empresariais e financeiros (31,8%) e no comércio, hotelaria e restaurantes (30,1%), e a maioria (44,4%) são trabalhadores (ver quadro III.1). No entanto, entre 2001 e 2022, o tipo de ocupação que mais aumentou entre os jovens ocupados é a dos trabalhadores de serviços, que cresceu 8,6 pontos percentuais nesse período, o que é explicado principalmente pelo aumento desses empregos nos setores de serviços públicos, empresarial e financeiro. Por outro lado, o percentual de jovens ocupados como operários diminuiu 11,4 pontos percentuais, principalmente devido à queda na concentração dessa ocupação no setor agropecuário (Huepe, 2024).

Quadro III.1

América Latina (16 países)^a: distribuição dos jovens empregados de 20 a 29 anos, por setor econômico e categoria ocupacional, 2022

(Em porcentagens)

	Agricultura	Comércio	Construção	Indústria transformadora	Serviços básicos	Serviços públicos e empresariais	Ocupação total
Profissionais e gestores	0,2	1,9	0,7	1,9	1,0	13,9	19,8
Trabalhadores de serviços	0,2	19,7	0,3	1,9	1,3	12,5	35,9
Operários	9,8	8,5	6,3	10,5	4,0	5,4	44,4
Rama total	10,2	30,1	7,3	14,3	6,3	31,8	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai.

Com base em um estudo prospectivo que estimou a situação de emprego dos jovens¹⁶, em 2030, na América Latina usando o aumento projetado na taxa de conclusão do ensino médio como variável estratégica, é possível afirmar que o deslocamento dessas pessoas dos setores agrícola e manufatureiro para o setor de serviços continuará. Em 16 países da América Latina, num

cenário de tendência, mais de 1,8 milhão de jovens deixariam a agricultura, cerca de 950.000 deixariam a manufatura e mais de 2,5 milhões entrariam no setor de serviços até 2030 (Huepe, 2024) (ver quadro III.2). Esses números podem até aumentar devido à migração interna devido às mudanças climáticas e à reconfiguração da migração intrarregional (Huepe, 2024).

Quadro III.2

América Latina (16 países)^a: jovens de 20 a 29 anos empregados entrando em cada setor e mix de ocupações até 2030, em um cenário de tendência

(Em milhares)

	Agricultura	Comércio	Construção	Indústria transformadora	Serviços básicos	Serviços públicos e empresariais	Ocupação total
Profissionais e gestores	1	-386	133	-27	116	1 097	933
Trabalhadores de serviços	30	876	24	-79	-5	1 202	2 048
Operários	-1 840	-343	-95	-840	-19	154	-2 982
Rama total	-1 809	148	63	-946	92	2 453	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG).

^a Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

Se não forem implementadas medidas para antecipar estas mudanças, é possível que o número de jovens à procura de trabalho exceda a oferta de mão-de-obra disponível, especialmente nas zonas urbanas, que são os principais destinos dos novos trabalhadores. Além disso, o descompasso entre a oferta de habilidades desenvolvidas no setor educacional e as exigidas no mercado de trabalho, que é um problema sério na América Latina, pode ser aprofundado pelos processos de automação associados à transformação digital, um risco em que os jovens estão super-representados. Nesse caso, essa situação se traduziria em níveis mais altos de desemprego juvenil e no crescimento de setores informais com menores barreiras à entrada, como empregos em plataformas, principalmente transporte e entrega (Huepe, 2024).

Estudos sobre a situação do emprego em Portugal apontam para uma tendência semelhante à da América Latina no sentido de que a economia do país continuará a evoluir para a externalização e digitalização, especialmente nos setores do comércio e reparação de veículos, saúde e educação (EURES, 2023). No entanto, destaca-se que o aumento do investimento em tecnologias mais avançadas e sustentáveis contribuirá para a eficiência e competitividade da economia, o que abrirá novas oportunidades de emprego para a população do país (EURES, 2023). Na Espanha, por outro lado, estudos prospectivos apontam para o envelhecimento da população, a esperada continuação das migrações, a melhoria progressiva do nível educacional da população jovem, a continuidade da mudança tecnológica e a transição ambiental como tendências que transformarão o mercado de trabalho. Isso permite concluir que, apesar da destruição de empregos associada a algumas dessas tendências, haveria uma diminuição da taxa de desemprego entre os jovens em todos os níveis de ensino, pois a melhoria do nível educacional da população seria uma tendência mais forte do que a destruição do emprego com baixo nível educacional (Ruiz Villafranca e outros, 2023).

¹⁶ O estudo considera jovens entre 20 e 29 anos de idade, pois, na faixa etária de 15 a 19 anos, grande parte das pessoas está estudando no ensino médio ou superior e, portanto, não é possível observar a taxa de conclusão do ensino médio. No mesmo sentido, como não concluíram os estudos, não é representativo do tipo de ocupação em que participarão no final do período de formação.

Em suma, com o objetivo de melhorar a inclusão laboral dos jovens no médio prazo, a América Latina precisa implementar estratégias abrangentes que abordem desde a transformação estrutural da economia até ações focadas nas populações mais desfavorecidas do mercado de trabalho. Essa estratégia requer sustentabilidade financeira, cobertura e adequação de seus

benefícios, bem como a promoção de acordos sociais, políticos e fiscais. Em seguida, na seção III.D, procuramos contribuir para essa tarefa propondo algumas diretrizes para políticas públicas destinadas a melhorar a inclusão laboral de jovens na América Latina a médio prazo, com foco particular na área de educação e formação para o trabalho.

D. Políticas para promover a inclusão laboral das pessoas jovens na América Latina

As economias e os mercados de trabalho da região são caracterizados por uma heterogeneidade estrutural que se manifesta em baixas taxas de crescimento econômico e produtividade, altos níveis de informalidade do trabalho e acesso fragmentado à proteção social. Além disso, desde meados da década de 2010, os principais indicadores sociais e econômicos apresentam desaceleração ou estagnação, situação que foi recentemente agravada por choques econômicos e inflacionários, e que ameaça se aprofundar devido às transformações demográficas, tecnológicas e ambientais que trazem consigo um ambiente de incertezas e mudanças aceleradas (Huepe, 2024). Esse panorama é apresentado em um contexto de mercados de trabalho marcado por profundas desigualdades estruturais que perpetuam as desigualdades sociais na região com base em fatores como idade, nível socioeconômico, gênero, localização geográfica, status étnico-racial e situação migratória e de deficiência, entre outros.

Para melhorar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e combater estas desigualdades, é decisivo ter em conta tanto a situação dos jovens no local de trabalho como o funcionamento da economia. Com a finalidade de melhorar a produtividade da economia e gerar mais empregos de qualidade, os países precisam implementar estratégias de desenvolvimento produtivo que se concentrem na sustentabilidade ambiental e na transformação tecnológica dos setores produtivos, adaptando-se às características e necessidades dos diferentes territórios. Para

materializar essas iniciativas, a CEPAL promove, entre outras medidas, o uso de iniciativas de cluster baseadas na estreita colaboração entre os setores público, privado e acadêmico ao nível local (Salazar-Xirinachs, 2023).

Ao mesmo tempo, os países também devem implementar políticas de inclusão laboral. Essas políticas buscam aumentar a inserção laboral dos grupos mais vulneráveis da população, como os jovens, e garantir seu acesso a empregos produtivos, com proteção social, cobertura de saúde e outros benefícios que os protejam contra riscos relacionados ao emprego. As políticas e programas de inclusão laboral podem ser classificados de acordo com a tipologia apresentada no diagrama III.2 (CEPAL, 2023).

Em primeiro lugar, o principal objetivo das políticas ativas do mercado de trabalho é aumentar as oportunidades de emprego, melhorar a qualidade em termos de renda, formalidade, horas trabalhadas e estabilidade, e incentivar o desenvolvimento e a atualização das habilidades e competências dos trabalhadores para aumentar sua empregabilidade (Espejo e outros, 2023b). Essas políticas podem ser divididas em políticas voltadas para a oferta, demanda ou intermediação de mão de obra. Os programas destinados a melhorar a oferta de mão de obra incluem intervenções que fornecem treinamento técnico e vocacional e programas que buscam nivelar os estudos formais e promover a retenção escolar do nível primário ao terciário (CEPAL, 2023).

Diagrama III.2

Tipos de políticas e programas de inclusão laboral



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago, 2023.

Entre os programas que buscam aumentar a demanda de mão de obra estão aqueles que apoiam o trabalho autônomo através do auxílio para iniciar ou expandir atividades autônomas ou microempresas; programas de criação direta de emprego via planos públicos de emprego a diferentes níveis, e programas de criação indireta de emprego, que oferecem subsídios para incentivar a contratação de pessoas e ligar a inserção laboral ao acesso à segurança social, abrangendo parte dos salários ou contribuições para a segurança social. Por fim, existem os serviços de intermediação laboral, que fornecem informações tanto aos candidatos a emprego quanto aos empregadores, bem como os serviços de apoio e orientação na busca e recrutamento de emprego (CEPAL, 2023).

Em segundo lugar, existem políticas passivas do mercado de trabalho, que proporcionam reposição de renda, especialmente para aqueles que estão desempregados, e protegem os trabalhadores, mitigando os riscos associados ao desemprego. Entre as principais medidas estão o seguro-desemprego, a caderneta de poupança individual para desemprego, as verbas rescisórias e a proteção de renda em casos de demissão. Em

terceiro lugar, existem as políticas institucionais trabalhistas, que incluem diversos dispositivos legais que garantem direitos e regulam as condições de trabalho, como salário mínimo, benefícios obrigatórios, previdência social, condições de segurança e saúde no trabalho, segurança no trabalho, não discriminação, proibição do trabalho infantil, regulamentação do trabalho adolescente e direito à greve, entre outros aspectos relevantes (CEPAL, 2023).

Em 2022, conforme as informações disponíveis para 22 países na Base de Dados de Programas de Proteção Social Não Contributiva da América Latina e do Caribe¹⁷, um quarto dos programas registrados (31 dos 120) se concentrou em promover a inclusão laboral de jovens. A principal componente foi a formação técnica e profissional (42 por cento dos programas destinados a este grupo populacional), seguida dos serviços

¹⁷ A Base de Dados de Programas de Proteção Social Não Contributiva da CEPAL na América Latina e o Caribe reúne informações sobre programas de inclusão laboral implementados nos países da região e destinados a pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão social. Veja [on-line] <http://dds.cepal.org/bpsnc/>.

de intermediação laboral (24 por cento), programas de geração de emprego indireto (19 por cento) e iniciativas de apoio ao trabalho por conta própria (8 por cento). O nivelamento dos estudos e a retenção escolar representaram apenas 5% dos programas, e a geração direta de emprego, 2% (CEPAL, 2023).

A formação técnica e profissional é um componente fundamental nas políticas de inclusão laboral voltadas para a população jovem. No entanto, é necessário intensificar os esforços ao considerar as lacunas significativas que afetam esta população no mercado de trabalho. Em particular, na América Latina é crucial reduzir o descompasso que existe entre as competências desenvolvidas pelos sistemas de educação e formação para o trabalho e as exigidas pelas empresas e setores produtivos, e implementar uma abordagem de aprendizagem contínua que permita às pessoas atualizar e adquirir novas habilidades ao longo do ciclo de vida (Gontero e Novella, 2021). A redução das inadequações de competências é fundamental para o sucesso econômico, o bem-estar individual e a inclusão social e laboral dos jovens, e um dos desafios centrais para alcançar esta redução é contar com a participação do setor produtivo para alinhar as exigências do mercado de trabalho e as projeções futuras da procura de trabalho nos planos de formação correspondentes (Huepe, 2024).

Apesar de sua relevância, apenas dez países da América Latina têm seguro-desemprego, que cobre apenas 10,6% da população desempregada (Asenjo e Pignatti, 2019). Essa baixa cobertura é explicada pelo fato de que o desenho dos sistemas de seguro-desemprego na região exclui certos trabalhadores por não atenderem a determinados requisitos (por exemplo, não terem um número mínimo de contribuições), porque a estrutura dos mercados de trabalho (altas taxas de informalidade) atua como uma restrição para cobrir todos os desempregados (Weller e Gontero, 2016). Os trabalhadores informais que não possuem seguro-desemprego compõem o segmento médio ausente, pois não têm renda baixa o suficiente para serem considerados pobres e acessam programas sociais, mas também não são protegidos pela previdência social formal (Atuesta e Van Hemelryck, 2022). Assim, diante da perda de empregos, é necessário estender os sistemas de proteção social a um setor de trabalhadores tradicionalmente excluídos, em coordenação com políticas ativas do mercado de trabalho, para incentivar

sua (re)incorporação ao mercado de trabalho (CEPAL, 2023).

Por fim, para combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, é efetivo atuar no momento da decisão vocacional, com a participação de estudantes, famílias e agentes educativos, que perpetuam várias vezes as diferenças de gênero nos sistemas de educação e formação (Sepúlveda, 2017). Além disso, devem ser garantidos mecanismos legais para garantir o acesso das mulheres jovens a empregos remunerados sem discriminação, incluindo proteção à maternidade, igualdade de oportunidades e políticas de remuneração. Por outro lado, é necessário implementar programas de emprego juvenil voltados para mulheres que estão fora do mercado de trabalho, seja por estarem desempregadas ou por estarem em empregos precários, bem como facilitar, em especial, a reintegração no mercado de trabalho de mulheres jovens que interrompem suas carreiras devido à maternidade (Abramo, 2021). Não menos importante é estabelecer medidas para reduzir o assédio verbal e físico em setores masculinizados, que atuam como barreiras à entrada em ocupações que serão cada vez mais procuradas no mercado de trabalho (Sevilha, 2022). Por fim, como apontado, é necessário implementar políticas de cuidado integral visando colocar em prática uma nova organização social do cuidado que possibilite assistir, apoiar e cuidar das pessoas e do ambiente, bem como reconhecer, reduzir, redistribuir, recompensar e representar o trabalho de cuidado a partir de uma perspectiva de gênero, interseccional e direitos humanos que fomentam a corresponsabilidade entre os gêneros e entre as famílias, o Estado, o mercado, as famílias e a comunidade (Nações Unidas, 2024). Além disso, a profissionalização e a melhoria das condições de trabalho, incluindo o acesso e a cobertura da seguridade social, na economia do cuidado criariam mais empregos de qualidade, aumentariam a produtividade e as receitas tributárias e contribuiriam para aproveitar as oportunidades do futuro do trabalho, promovendo a contribuição dos jovens para o desenvolvimento (CEPAL, 2024).

Todas essas iniciativas promovem a inclusão laboral dos jovens na região e implicam esforços que devem ser aprofundados nas próximas décadas, em um contexto de mudanças importantes e alto grau de incerteza. O fortalecimento das capacidades técnicas, operacionais, políticas e institucionais prospectivas é essencial para que os Estados tenham a capacidade de gerenciar

as principais transformações estruturais que os modelos de desenvolvimento precisam nos países latino-americanos (Salazar-Xirinachs, 2023). Além disso, os programas devem ser financeiramente sustentáveis, bem como em termos de cobertura e adequação dos benefícios, o que é essencial para

que as instituições socio laborais estejam à altura dos desafios a médio e longo prazo, e assim caminhem para o desenvolvimento social inclusivo, dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável (Arenas de Mesa, 2019).

Bibliografia

- Abramo, L. (2021), “Políticas para enfrentar os desafios das velhas e novas formas de informalidade na América Latina”, *Série Políticas Sociais*, Nº 240 (LC/TS.2021/137), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Abramo, L. et al. (2021), “Juventude e Famílias: Políticas de Apoio às Trajetórias de Inclusão”, *série Políticas Sociais*, Nº 241 (LC/TS.2021/138), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Arenas de Mesa, A. (2019), *Os sistemas previdenciários na encruzilhada: desafios para a sustentabilidade na América Latina*, Livros da CEPAL, Nº 159 (LC/PUB.2019/19-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Asenjo, A. e C. Pignatti (2019), “Esquemas de seguro-desemprego em todo o mundo: evidências e opções de políticas”, *Documento de Trabalho do Departamento de Pesquisa*, Nº 49, Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Atuesta, B. e T. Van Hemelryck (2022), “Proteção Social de Emergência diante dos Impactos da Pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe: Evidências e Aprendizados sobre Sistemas de Proteção Social Universais, Abrangentes, Sustentáveis e Resilientes”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2022/143), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2024), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2024*, na mídia.
- ____ (2023), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago.
- ____ (2016), *A matriz da desigualdade social na América Latina* (LC/G.2690(MDS.1/2)), Santiago.
- CEPAL/OIT (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização Internacional do Trabalho) (2024), “Desafios e oportunidades para a inclusão laboral dos jovens e a redistribuição do trabalho de cuidado”, *Conjuntura Laboral na América Latina e o Caribe*, Nº 29 (LC/TS.2023/197), Santiago.
- ____ (2023), “Rumo à criação de melhores empregos no pós-pandemia”, *Conjuntura Laboral em América Latina e o Caribe*, Nº 28 (LC/TS.2023/70), Santiago.
- Espejo, A. e outros (2023a), “Desafios e recomendações para a inclusão laboral dos jovens na América Latina”, *Desigualdades, inclusão laboral e o futuro do trabalho na América Latina*, Documentos do Projeto (LC/TS.2023/63/Rev.1), M. Huepe (ed.), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- ____ (2023b), “Políticas ativas do mercado de trabalho na América Latina e no Caribe: desafios para a inclusão laboral com proteção social”, *Documentos do projeto* (LC/TS.2023/192), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- EURES (Serviços Europeus de Emprego) (2023), “*Informação sobre o mercado de trabalho: Portugal*”, agosto [on-line] https://eures.europa.eu/living-and-working/labour-market-information/labour-market-information-portugal_en.
- Gontero, S. e R. Novella (2021), “O futuro do trabalho e as incompatibilidades de habilidades na América Latina”, *Documentos do projeto* (LC/TS.2021/206), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Huepe, M. (ed.) (2024), “Estudo Prospectivo do Emprego Juvenil na América Latina: Educação e Formação para o Trabalho como Eixo Chave”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2024/80), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- INE de Espanha (Instituto Nacional de Estatística de Espanha) (2023), “Decil de salários do trabalho principal: Inquérito à População Ativa (EPA) ano 2022”, *Comunicados de Imprensa*, 24 de novembro.
- INE de Portugal (Instituto Nacional de Estatística de Portugal) (2023), “Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem por local de trabalho 2021”, *Destaque*, 24 de novembro.

- Morales, B. e T. Van Hemelryck (2022), “Inclusão laboral de jovens na América Latina e no Caribe em tempos de crise: desafios de igualdade para políticas públicas”, *Documentos do Projeto* (LC/TS.2022/34), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Nações Unidas (2024), *Transformar os Sistemas de Cuidados no Contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Nossa Agenda Comum*, um documento de política do sistema das Nações Unidas.
- Ruiz Villafranca, R. et al. (2023), *Estudo prospectivo sobre emprego e juventude na Espanha*, Ajuda em Ação.
- Salazar-Xirinachs, J. M. (2023), “Repensar, Reimaginar, Transformar: o ‘o quê’ e o ‘como’ para avançar para um modelo de desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável”, *Revista CEPAL*, Nº 141 (LC/PUB.2023/29-P), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Sepúlveda, L. (2017), “Educação técnico-profissional na América Latina: desafios e oportunidades para a igualdade de gênero”, *série Assuntos de Gênero*, Nº 144 (LC/TS.2017/13), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Sevilla, P. (2022), *Abrindo caminhos: práticas profissionais de estudantes do sexo feminino em áreas masculinizadas do ensino secundário e superior técnico-profissional*, Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação, Centro de Estudos, Ministério da Educação do Chile.
- Weller, J. e S. Gontero (2016), “Rumo a sistemas nacionais de formação profissional eficazes, eficientes e inclusivos na América Latina”, *Proteção e formação: instituições para melhorar a inserção laboral na América Latina e na Ásia*, Livros da CEPAL, Nº 140 (LC/G.2687-P), A. Isgut e J. Weller (eds.), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

**IV. Considerações finais: os desafios do emprego juvenil
no caminho para a Segunda Cúpula Mundial
para o Desenvolvimento Social em 2025**

Este documento analisou a situação do emprego juvenil na Ibero-América, identificou os principais desafios e fez recomendações para melhorar a inclusão laboral dos jovens na América Latina, Espanha e Portugal. Os desafios enfrentados requerem atenção urgente, especialmente no contexto da Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 2025. Enfrentar esses desafios é crucial para garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras, bem como o desenvolvimento inclusivo e sustentável da região. A Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social proporcionará uma plataforma ideal para líderes globais e formuladores de políticas, entre outros atores-chave, discutirem e acordarem estratégias eficazes para promover a inclusão laboral dos jovens na Ibero-América.

Desde a década de 1980, o crescimento do PIB e do emprego na América Latina apresenta uma tendência de queda, que se acentuou desde 2010 e, em particular, após a pandemia de COVID-19. A região está passando por um período de baixo crescimento econômico, o que tem efeitos negativos na capacidade de geração de empregos. A maior criação de empregos nas últimas décadas ocorreu no setor de serviços, enquanto a participação do setor agrícola no emprego total diminuiu. Projeta-se que este abrandamento se mantenha nos próximos anos, com baixas taxas de crescimento do emprego.

A informalidade do trabalho é um problema persistente e estrutural na América Latina, que afeta especialmente os jovens. Em 2022, a taxa de emprego informal dos jovens atingiu 55,6%, refletindo a precarização e a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. Essa situação foi mais aguda entre jovens e idosos, com os primeiros experimentando o maior aumento no emprego informal entre 2013 e 2022.

A pobreza e o acesso limitado a serviços básicos têm sido barreiras significativas para a inclusão laboral dos jovens. Na América Latina, a pobreza extrema aumentou a partir de 2015, e isso os afetou desproporcionalmente. Além disso, o acesso a serviços como eletricidade, água potável e saneamento mostrou disparidades significativas entre os diferentes quintis de renda, o que afetou a capacidade dos jovens de participar plenamente do mercado de trabalho.

O acesso a uma educação de qualidade é essencial para melhorar as perspectivas de emprego dos jovens. No entanto, em muitos países da região, menos de 50% atingem a proficiência

mínima em leitura e matemática. A matrícula no ensino superior aumentou nos últimos anos, mas subsistem desafios como a qualidade educativa e a relevância do currículo para responder às exigências do mercado de trabalho. Em particular, as competências em TIC são consideradas essenciais para a inclusão laboral dos jovens num mercado cada vez mais digitalizado.

O trabalho de cuidado não remunerado e a maternidade precoce são fatores que dificultam a inserção laboral das mulheres jovens e afetam a qualidade do emprego que elas acessam. As mulheres jovens gastam significativamente mais tempo em trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, limitando suas oportunidades de participação na educação e no emprego. A maternidade precoce, embora em declínio, permanece alta na América Latina, especialmente em contextos socioeconômicos vulneráveis, perpetuando a pobreza e limitando as oportunidades de desenvolvimento humano.

Além disso, o atual contexto demográfico da região apresenta novos desafios e oportunidades para a inclusão de jovens no mercado de trabalho. A população jovem, embora em declínio, ainda representa uma proporção significativa da população total. Este bônus demográfico oferece uma vantagem potencial para o crescimento econômico e o bem-estar social, desde que a educação adequada seja alcançada e as taxas de desemprego juvenil sejam reduzidas. As elevadas taxas de desemprego juvenil e a proporção significativa de jovens que não estudam nem trabalham remunerados indicam que os países da região não estão aproveitando plenamente este bônus demográfico.

Perante esses desafios, propõem-se diferentes recomendações. Para garantir que os jovens estejam melhor preparados para o mercado de trabalho atual e futuro, é essencial reforçar os programas de educação e formação de qualidade, centrando-se na melhoria da qualidade do ensino básico e secundário, bem como na promoção do ensino técnico e profissional com ênfase nas competências digitais. Considera-se também crucial a implementação de políticas que promovam o crescimento econômico inclusivo e sustentável para gerar mais e melhores oportunidades de emprego, incluindo o apoio aos setores econômicos emergentes e a criação de condições favoráveis ao empreendedorismo jovem.

Para combater a informalidade do trabalho, indica-se a implementação de políticas que fortaleçam a formalização do emprego, como incentivos fiscais para empresas que contratam

jovens, programas de treinamento e certificação profissional e a implementação de medidas de regulamentação trabalhista que protejam os direitos dos jovens trabalhadores. Garantir o acesso universal a serviços básicos como à água potável, o saneamento e a energia elétrica, especialmente para famílias de baixa renda, destaca-se como uma ação fundamental para melhorar as condições de vida e as oportunidades de trabalho dessa faixa etária.

Sublinha-se, igualmente, a importância de promover a igualdade de gênero, equilibrar o peso do trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres e implementar medidas específicas que permitam, entre outros aspectos, promover a conciliação da vida familiar e profissional (como a provisão de serviços de cuidados acessíveis e a preços suportáveis), a fim de promover a participação das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior. Melhorar o acesso à saúde, especialmente serviços de saúde reprodutiva e programas de educação sexual, é uma medida crucial para reduzir a taxa de maternidade na adolescência e promover o bem-estar geral dos jovens. O fortalecimento dos sistemas de proteção social é outra recomendação fundamental, garantindo que as transferências e o apoio cheguem às famílias mais necessitadas, reduzindo as lacunas na cobertura e adequação dos benefícios e avançando em direção a uma proteção social universal, abrangente, sustentável e resiliente.


Nesse contexto, a atual Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo em 2024 representa uma instância fundamental para posicionar os principais desafios da região em termos de emprego juvenil. Este fórum oferece uma oportunidade única para os líderes discutirem e priorizarem políticas públicas que abordam o desemprego juvenil, a falta de oportunidades de emprego e a necessidade de melhorar a qualidade do emprego disponível para os jovens. Além disso, as discussões emanadas desta Cúpula Ibero-Americana permitirão identificar propostas concretas e estratégicas

que serão apresentadas na Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, a ser realizada no Catar em 2025. A preparação para esta Segunda Cúpula Mundial é crucial, pois permitirá que os países ibero-americanos influenciem a agenda global de desenvolvimento social, destacando as prioridades regionais e garantindo que as soluções propostas sejam inclusivas e eficazes para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho e, assim, avançar para o desenvolvimento social inclusivo.

Em conclusão, enfrentar os desafios do emprego juvenil na Ibero-América exigirá uma abordagem integral que combine políticas educacionais, econômicas e sociais, apoiada por um firme compromisso dos países participantes e uma liderança ativa da CEPAL e da SEGIB. Os países participantes da região terão um papel crucial, e é necessário que avancem na adoção e implementação de políticas de inclusão de mão de obra juvenil, ajustando-as às suas realidades nacionais. A colaboração e o intercâmbio de melhores práticas entre os países membros da SEGIB e da CEPAL potencializarão os esforços individuais e gerarão um impacto regional significativo.

A CEPAL e a SEGIB também desempenharão um papel fundamental neste processo. Enquanto a CEPAL continuará fornecendo análises e dados para orientar a formulação de políticas eficazes e apoiar os países na implementação dessas políticas, a SEGIB continuará promovendo a cooperação e o diálogo entre os países ibero-americanos, facilitando a coordenação de esforços e a criação de sinergias para enfrentar os desafios do emprego juvenil.

Somente através de um esforço coordenado e sustentado podem ser criadas as condições necessárias para que os jovens da região tenham acesso à inclusão laboral e, portanto, a empregos de qualidade, e contribuam para avançar em direção ao desenvolvimento social inclusivo, uma dimensão estratégica do desenvolvimento sustentável da sociedade.



Na Ibero-América, o emprego juvenil representa um desafio crucial que requer atenção imediata e estratégias eficazes. Este documento, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como parte do processo preparatório da XXIX Cúpula Ibero-Americana das e dos Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 14 e 15 de novembro de 2024 em Cuenca (Equador), visa oferecer uma análise integral da situação do emprego juvenil na região. São destacadas as principais tendências, obstáculos e oportunidades enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho. O relatório dá especial ênfase à inclusão laboral e ao desenvolvimento sustentável, sublinhando a ligação entre a criação de empregos dignos e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).